



Comissão de Cultura



2013: UM ANO DE CULTURA NA CÂMARA

Balanco das atividades da Comissão de
Cultura da Câmara dos Deputados



Câmara dos
Deputados

Brasília | 2014



**2013: UM ANO DE CULTURA
NA CÂMARA**

Balanço das atividades da Comissão de
Cultura da Câmara dos Deputados

Mesa da Câmara dos Deputados
54ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa
2011-2015

Presidente

Henrique Eduardo Alves

1º Vice-Presidente

André Vargas

2º Vice-Presidente

Fábio Faria

1º Secretário

Márcio Bittar

2º Secretário

Simão Sessim

3º Secretário

Maurício Quintella Lessa

4º Secretário

Biffi

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Gonzaga Patriota

2º Suplente

Wolney Queiroz

3º Suplente

Vitor Penido

4º Suplente

Takayama

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva



Câmara dos Deputados
Comissão de Cultura

2013: um ano de cultura na Câmara

Balanço das atividades da
Comissão de Cultura da
Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília – 2014

Câmara dos Deputados

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora: Heloísa Helena S. C. Antunes

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor: Sílvio Avelino da Silva

Textos Christiane Peres

Seleção de imagens Federico Vázquez e Lóris Canhetti

Revisão Beatriz Figueiredo, Christiane Peres e Federico Vázquez

Projeto gráfico Paula Scherre

Diagramação Giselle Sousa

Capa CCult

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; fax: (61) 3216-5810

editora@camara.leg.br

SÉRIE

Comissões em ação

n. 33

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Cultura.

2013 : um ano de cultura na Câmara [recurso eletrônico] : balanço das atividades da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados / Câmara dos Deputados, Comissão de Cultura. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

85 p. – (Série comissões em ação ; n. 33)

ISBN 978-85-402-0197-2

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Cultura, relatório, 2013. I. Título. II. Série.

CDU 342.532(81)(047)

ISBN 978-85-402-0196-5 (brochura)

ISBN 978-85-402-0197-2 (e-book)

Sumário

Membros da Comissão de Cultura – 2013	7
Quadro Técnico da Comissão de Cultura – 2013	9
Apresentação	11
Editorial	13
O que é a Comissão de Cultura	15
Audiências Públicas	17
Seminários	30
Projetos Aprovados em 2013	36
Projetos em Tramitação	44
Orçamento	46
Expresso 168	48
Coletivas Públicas	53
Diálogos ComCultura	56
Manifestos Culturais	71
Cultura nas Redes	76
Com a Palavra	78

MEMBROS DA Comissão de Cultura – 2013

Mesa da Comissão

Presidente	Jandira Feghali	PCdoB/RJ
1º Vice-Presidente	Nilmário Miranda	PT/MG
2º Vice-Presidente	Evandro Milhomen	PCdoB/AP
3º Vice-Presidente	Jose Stédile	PSB/RS

Composição da Comissão

TITULARES

Acelino Popó	PRB/BA
Angelo Vanhoni	PT/PR
Cida Borghetti	Pros/PR
Domingos Sávio	PSDB/MG
Dr. Paulo César	PR/RJ
Evandro Milhomen	PCdoB/AP
Gabriel Chalita	PMDB/SP
Jandira Feghali	PCdoB/RJ
Jean Wyllys	Psol/RJ
Jose Stédile	PSB/RS
Marcelo Almeida	PMDB/PR
Raul Henry	PMDB/PE
Nilmário Miranda	PT/MG
Paulo Ferreira	PT/RS
Onix Lorenzoni	DEM/RS
Paulo Rubem Santiago	PDT/PE
Pinto Itamaraty	PSDB/MA

Professor Sérgio de Oliveira PSC/PR

Stepan Nercessian PPS/RJ

SUPLENTE

Alice Portugal PCdoB/BA

Antônio Roberto PV/MG

Claudio Cajado DEM/BA

Danrlei de Deus Hinterholz PSD/RS

Edinho Araújo PMDB/SP

Eduardo Barbosa PSDB/MG

Fátima Bezerra PT/RN

Lauriete PSC/ES

Leopoldo Meyer PSB/PR

Luciana Santos PCdoB/PE

Marinha Raupp PMDB/RO

Penna PV/SP

Professora Dorinha Seabra Rezende DEM/TO

Rose de Freitas PMDB/ES

Waldenor Pereira PT/BA

Weliton Prado PT/MG

Zezéu Ribeiro PT/BA

QUADRO TÉCNICO DA **Comissão de Cultura – 2013**

Secretária da Comissão

Nádia Raposo das Neves

Equipe de apoio técnico e administrativo

Beatriz Figueiredo

Bruno Lewicki

Christiane Peres

Cristian Santos

Federico Vázquez

Frederico Santos

Jessé Rodrigues

Lóris Canhetti

Luisa Paula de Oliveira

Maria Lúcia Rodrigues

Simone Mendonça

Adolescentes

Amanda Rodrigues

Felipe Santos

Apresentação

A criação da Comissão de Cultura em 2013, com a divisão da Comissão de Educação e Cultura em dois colegiados distintos, atendeu a uma reivindicação antiga de entidades culturais, artistas e parlamentares para garantir o reconhecimento da política cultural como área estratégica no Parlamento. O resultado foi a ampliação do debate sobre legislação e políticas governamentais, com a aprovação de 69 projetos e a realização de audiências públicas e seminários, que, aos poucos, vão consolidando o Legislativo como um dos principais fóruns de discussão da área de cultura.

Em novembro, o Congresso assegurou à nova Comissão o direito de apresentar emendas ao Orçamento da União. Um instrumento que permitirá, além das mudanças legais e dos debates promovidos pelo colegiado, influir diretamente na destinação dos recursos públicos. Foi assegurado à área de cultura um direito que outras áreas já dispunham.

O trabalho da Comissão, em seu primeiro ano de funcionamento, viabilizou a aprovação de propostas importantes como a Lei do Ecad, a Lei do Cultura Viva, a regulamentação do Vale-Cultura e a PEC da Música. São propostas que ajudam a consolidar uma legislação para a área e a fortalecer as políticas públicas de cultura.

A Comissão consolida o espaço institucional da cultura no Legislativo. E é o fruto do trabalho permanente de entidades, artistas e parlamentares que lutam pela ampliação dos recursos e a consolidação de políticas para a área e do compromisso da Câmara dos Deputados em tornar o Legislativo o fórum dos grandes temas do País.

Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)
Presidente da Câmara dos Deputados

Editorial

2013: o ano da Cultura na Câmara

Criada em 06 de março de 2013, a Comissão é resultado da luta histórica de parlamentares e da sociedade pelo reconhecimento da política cultural como política estratégica de Estado e de seu significado para os seres humanos.

A cultura, cultivo, revela nossa face diversa, integra humanidades, costura processos, nos relaciona com o território, com as raízes, os costumes e saberes, admite e valoriza diferentes estéticas, olhares e criações, protagoniza sujeitos e coletivos, potencializa e emancipa.

Neste cenário se expressam a luta de ideias e as contradições econômicas. A disputa de valores e a ação do capital estão permanentemente presentes e com forte expressão na vida e na cultura. O conteúdo de leis e a velocidade da sua tramitação, por exemplo, refletem as prioridades de grupos sociais e de governos, perda ou ganho de poder e recursos. Não tenhamos ilusões!

Amparar este processo no Parlamento é respeitar e ampliar horizontes para o cidadão. É representar demandas e sonhos de um povo que exige identidades reconhecidas, acesso e apropriação cada vez maior do saber. Para tanto, intensificamos a interlocução com os movimentos sociais e realizamos diversas ações com o objetivo de provocar novas reflexões, formular políticas públicas e divulgar a arte e a produção cultural brasileira. Priorizamos, assim, o tripé integrador que une a cultura à educação e à comunicação democrática.

Ao final deste primeiro ano de trabalho da Comissão de Cultura, apresentamos um retrospecto bastante positivo. Cumprimos nosso principal objetivo ao dar permeabilidade aos movimentos sociais e fazedores de cultura. Esta parceria somou às nossas inúmeras atividades um componente intrínseco à democracia: a participação popular. Na cultura ela é essencial.

Foram audiências públicas, seminários, reuniões de trabalho e de debates, manifestos culturais, oportunidades em que identificamos lacunas e vislumbramos soluções. Com a aprovação de proposições e a luta constante por mais recursos para o setor buscamos avançar numa pauta que deve ser estruturante e prioritária.

Cumprimos, assim, nossa missão de elevar a Cultura a uma posição de destaque, promovendo um debate amplo e dando passos significativos na direção de uma cultura de todos e para todos!

Jandira Feghali (PCdoB/RJ)
Presidente da Comissão de Cultura

O que é a Comissão de Cultura

A Comissão de Cultura é uma das 21 Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Criada em 27 de fevereiro de 2013, por meio da Resolução 21, a Comissão se propõe a construir um diálogo permanente com a sociedade e com o Poder Executivo para garantir os direitos culturais da população brasileira.

Composta por 19 membros titulares e igual número de suplentes, a Comissão de Cultura é fruto do desmembramento da Comissão de Educação e Cultura. Com este ato, o tema ganhou destaque na Casa e passou a ter um espaço institucional para ampliar os debates sobre as políticas culturais no País.

Entre suas atribuições regimentais estão:

- Desenvolvimento cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, cultural, artístico e científico, acordos culturais com outros países;
- Direito de imprensa, informação e manifestação do pensamento e expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação;
- Produção intelectual e sua proteção, direitos autorais e conexos;
- Gestão da documentação governamental e patrimônio arquivístico nacional;
- Diversões e espetáculos públicos;
- Datas comemorativas;
- Homenagens cívicas.

Em seu primeiro ano, a Comissão de Cultura também instalou quatro subcomissões, sendo uma permanente e três especiais:

- Subcomissão Permanente para tratar da simplificação e desburocratização das condições de trabalho na área cultural. Presidente: deputado Stepan Nercessian (PPS/RJ);

- Subcomissão Especial destinada à identificação de fontes de financiamento para a cultura. Presidente: deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO);
- Subcomissão Especial destinada a avaliar e promover a participação cultural das minorias sociais do Brasil. Presidente: deputado Jean Wyllys (PsoL/RJ);
- Subcomissão Especial para o legado cultural, para acompanhamento da organização dos megaeventos esportivos, em particular os investimentos em infraestrutura cultural. Presidente: deputado Angelo Vanhoni (PT/PR).

Audiências Públicas

Ao longo de 2013 foram 22 audiências públicas realizadas. Entre os principais temas: comunicação, cultura popular, economia criativa e a cultura na educação brasileira.

Crédito: Lucio Bernardo Jr/Câmara dos Deputados



No dia 9 de abril, a Comissão de Cultura realizou sua primeira audiência pública. Os parlamentares debateram com secretários estaduais de Cultura a adesão e a implantação do Sistema Nacional de Cultura nos estados e municípios brasileiros. Requerimentos 05 e 07 – deputados Jean Wyllys (Psol/RJ), Nilmário Miranda (PT/MG), Paulo Ferreira (PT/RS), Paulo Rubem Santiago (PDT/PE).

Crédito: CCult



Já no dia 18 de abril, o foco do debate foi o fechamento do Teatro e da Faculdade de Artes Dulcina de Moraes, em Brasília (DF). A instituição, primeira de ensino superior de teatro do Brasil, é mantida pela Fundação de Teatro Brasileiro (FTB) e enfrenta sérias dificuldades de ordem trabalhista, financeira e administrativa. A ideia era encontrar saídas para impedir o fechamento da instituição. Requerimento 08 – deputados Érika Kokay (PT/DF), Nilmário Miranda (PT/MG).

Crédito: Lucio Bernardo Jr/Câmara dos Deputados



No dia 23 de abril, a Comissão de Cultura voltou a debater a adesão e a implantação do Sistema Nacional de Cultura nos estados e municípios brasileiros com secretários municipais de Cultura. Na ocasião, os convidados traçaram um diagnóstico do desenvolvimento da cultura no País. Requerimentos 05 e 07 – deputados Jean Wyllys (Psol/RJ), Nilmário Miranda (PT/MG), Paulo Ferreira (PT/RS), Paulo Rubem Santiago (PDT/PE).

Crédito: Mídia NINJA/CCult



No dia 7 de maio, o financiamento público das mídias alternativas, como blogs e TVs comunitárias, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi o tema do debate. No encontro, a chefe do Departamento de Cultura, Entretenimento e Desenvolvimento do BNDES, Luciene Fernandes, levantou duas possibilidades: o estabelecimento de ações diferenciadas de fomento dentro das linhas de empréstimo com juros menores; e a discussão da demanda com o Ministério das Comunicações. Requerimento 10 – deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

Crédito: Alexandra Martins/Câmara dos Deputados



O dia 9 de maio foi marcado pela audiência pública de lançamento da campanha “Teatro Acessível – Prazer, Arte e Direitos”. A audiência pública da Câmara teve total acessibilidade para pessoas com deficiência, com linguagem de sinais e audiodescrição. O objetivo era disseminar a acessibilidade nos teatros às pessoas com deficiência, garantindo assim, seu direito à cultura. Requerimento 13 – deputado Jean Wyllys (Psol/RJ).

Crédito: Midia NINJA/CCult



A tradição oral foi tema de debate no dia 11 de junho. Nesta audiência pública foram discutidos dois projetos de lei (PL) que valorizam e fortalecem a oralidade: o PL 1.176/2011, do deputado Edson Santos (PT/RJ), que institui o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares; e o PL 1.786/2011, apresentado por 24 deputados da Frente Parlamentar da Cultura, que institui a Política Nacional Griô, para proteção e fomento à transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral. Requerimento 24 – deputado Evandro Milhomen (PCdoB/AP).

Crédito: CCult



No dia 25 de junho, a discussão sobre a cadeia produtiva do Carnaval ganhou destaque na Comissão de Cultura. Com plenário lotado, parlamentares e membros da sociedade civil ligados ao setor debateram a construção de uma política nacional de incentivo à cadeia produtiva do Carnaval. Como resultado deste encontro, uma pesquisa nacional inédita sobre uma das maiores festas brasileiras está em fase de conclusão pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). **(Confira reportagem na página 28).** Requerimento 15 – deputado Paulo Ferreira (PT/RS).

Crédito: Mídia NINJA/CCult



No dia 9 de julho, o universo circense teve espaço no Congresso Nacional. Em audiência pública, representantes do setor apresentaram suas demandas e fizeram um diagnóstico sobre a realidade do circo no Brasil. Estima-se que no País atuem aproximadamente 30 mil profissionais, distribuídos entre 2,5 mil circos pequenos, médios e grandes, mas a falta de dados oficiais sobre a atividade incentiva a invisibilidade do grupo perante o Estado. Requerimento 20 – deputados Evandro Milhomen (PCdoB/AP), Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

Crédito: CCult



Já no dia 20 de agosto, a Comissão de Cultura realizou audiência pública para debater a inserção obrigatória de programação regional em rádio e TV. A ideia era ampliar o debate sobre as produções locais e independentes para rádio e TV. Requerimento 39 – deputado Nilmário Miranda (PT/MG).

Crédito: CCult



O dia 10 de setembro foi destinado a receber o novo presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte), Guti Fraga, e conhecer suas prioridades para a instituição. A Funarte é principal braço do Ministério da Cultura (MinC) para o desenvolvimento de políticas públicas de fomento às artes visuais, música, teatro, dança e circo e segundo Fraga, a democratização do acesso à cultura é seu maior desafio. Requerimento 42 – deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

Crédito: Mídia NINJA/CCult



No dia 17 de setembro, o debate girou em torno do papel da mídia alternativa e o modelo de disseminação de informação proposto pela Mídia Ninja (acrônimo de Narrativas Independentes Jornalismo Ação), popularizado nas manifestações que pararam o País entre junho e julho de 2013. O debate se deu com representantes do coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja e apontou a importância das mídias alternativas como contraponto à mídia de massa. Requerimento 46 – deputados Fátima Bezerra (PT/RN), Jean Wyllys (Psol/RJ), Nilmário Miranda (PT/MG).

Crédito: CCult



No dia 1º de outubro, a Comissão de Cultura realizou em conjunto com a Comissão de Educação, uma audiência pública sobre as políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. O debate apontou para a necessidade de transformar em lei o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), desenvolvido pelos ministérios da Cultura (MinC) e Educação (MEC). Requerimentos 33 (CCult) e 282 (CE) – deputada Fátima Bezerra (PT/RN).

Crédito: Alexandra Martins/Câmara dos Deputados



Também no dia 1º de outubro, outra audiência pública realizada conjuntamente entre as comissões de Cultura e de Educação homenageou o professor Paulo Freire pelos 50 anos de trabalho pioneiro de alfabetização de jovens e adultos em Angicos (RN). Em abril de 2012, Freire foi declarado patrono da educação brasileira pela Lei 12.612. Requerimentos 45 (CCult) e 301 (CE) – deputada Fátima Bezerra (PT/RN).

Crédito: Lucio Bernardo Jr/Câmara dos Deputados



Na semana em que Vinicius de Moraes completaria 100 anos de vida, a Comissão de Cultura comemorou a obra do poetinha com uma audiência pública realizada no dia 15 de outubro. Vinicius nasceu no Rio de Janeiro em 19 de outubro de 1913 e viveu intensamente até 1980. Reconhecidamente um dos maiores nomes da cultura brasileira, brilhou na música, no teatro, no jornalismo, na crítica de cinema, na poesia e na diplomacia. Entre poemas e músicas, os convidados lembraram sua trajetória, histórias e legado. Requerimento 09 – deputados José Stédile (PSB/RS), Penna (PV/SP).

Crédito: Sandro Marandueira



No dia 22 de outubro foi a vez de homenagear os 10 anos do jornal *Brasil de Fato* – publicação semanal de esquerda, lançada durante o 3º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS). Durante a audiência de homenagem também foram apontados os desafios para a manutenção das mídias alternativas, bem como a necessidade de formular políticas públicas de estímulo a essas mídias.

Requerimento 41 – deputados Jean Wyllys (Psol/RJ), Nilmário Miranda (PT/MG).

Crédito: Antonio Araújo/Câmara dos Deputados



Já no dia 29 de outubro, os parlamentares debateram com historiadores a instituição do Dia Nacional do Cerco da Lapa no calendário de datas comemorativas. O episódio foi um importante evento na Revolução Federalista e contribuiu para a consolidação da República no Brasil. Requerimento 34 – deputados Leopoldo Meyer (PSB/PR), Rosane Ferreira (PV/PR).

Crédito: CCult



No dia 5 de novembro, as comissões de Cultura e de Educação promoveram audiência pública para debater o empreendedorismo social a partir do filme *Quem se importa*, da cineasta Mara Mourão. A ideia era aproximar essa experiência do Parlamento e do Executivo para iniciar uma discussão sobre formas possíveis de levar a cultura do empreendedorismo social para dentro das escolas públicas brasileiras. Requerimentos 47 (CCult) e 308 (CE) – deputado Jean Wyllys (Psol/RJ).

Crédito: Alexandra Martins/Câmara dos Deputados



No dia 12 de novembro, as comissões de Cultura; de Ciência, Tecnologia e Informação; e de Educação realizaram audiência pública para debater a democratização dos meios de comunicação ao lado de movimentos sociais. O Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática, lançado em agosto pela sociedade civil, ganhou destaque, e, em uníssono, os participantes defenderam o fim da concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucas empresas. Requerimentos 30 (CCult) – deputadas Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Luciana Santos (PCdoB/PE); 285 (CE) – deputadas Alice Portugal (PCdoB/BA), Iara Bernardi (PT/SP); 190 (CCTCI) – deputada Luciana Santos (PCdoB/PE); 211 e 213 (CCTCI) – deputado Izalci (PSDB/DF).

Crédito: CCult



Também no dia 12 de novembro, a Comissão de Cultura promoveu um debate sobre economia criativa com representantes do Ministério da Cultura (MinC) para conhecer as atividades propostas pelo governo e as iniciativas criadas para impulsionar o setor. Requerimento 49 – deputado Stepan Nercessian (PPS/RJ).

Crédito: CCult



No dia 19 de novembro, a Comissão de Cultura debateu os desafios da regionalização da produção audiovisual nos canais comunitários. Hoje, por falta de investimento público, as tevês comunitárias se mantêm basicamente com doações e trabalho voluntário. Como alternativa, as associações ligadas ao setor defendem a veiculação de publicidade comercial nos canais comunitários e uma nova partilha do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) que inclua os veículos comunitários. Requerimento 50 – deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

Crédito: CCult



No dia 26 de novembro, a Comissão de Cultura discutiu a importância do uso de tecnologias livres e bases de dados públicas para o planejamento e fortalecimento de políticas públicas para a cultura. Um dos temas abordados foi a apresentação da plataforma digital CulturaEduca.cc, um dos instrumentos do Ministério da Cultura (MinC) para executar o programa Mais Cultura nas Escolas, construído em parceria com o Ministério da Educação (MEC). A ferramenta mapeou 34 mil escolas públicas, definindo os territórios educativos, e cruzou esses dados com informações sobre bibliotecas, museus, teatros, cinemas, pontos de cultura, ampliando e redefinindo a ocupação territorial educativa das escolas. Requerimento 54 – deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

Crédito: Antonio Araújo/Câmara dos Deputados



No dia 10 de dezembro, a Comissão de Cultura realizou sua última audiência pública. No encontro, os parlamentares debateram com rappers e pesquisadores o reconhecimento do movimento hip hop como manifestação da cultura popular brasileira – tema proposto no projeto de lei (PL) 3/2011, do deputado Maurício Rands (PT/PE). Além do reconhecimento, o PL estabelece que todas as esferas administrativas incluam “as iniciativas de artistas e entidades sociais ligadas ao movimento, no rol de políticas públicas existentes naquele ente federativo”. Requerimento 53 – deputada Luciana Santos (PCdoB/PE).

Crédito: Luiz Fernando Reis e Sonia Maria/Flickr Creative Commons



Cadeia produtiva do Carnaval é destaque na Comissão de Cultura

Parlamentares, representantes do governo, artistas e diversos dirigentes, presidentes e mestres acadêmicos de movimentos culturais ligados ao setor se reuniram no dia 25 de junho para debater a construção de uma política nacional de incentivo à cadeia produtiva do Carnaval.

Políticas tributárias diferenciadas para o setor, fomento para pequenas escolas ligadas ao Carnaval, assim como a realização de um estudo mais profundo sobre a importância da festa popular, tanto do ponto de vista econômico quanto cultural, foram apontadas na audiência pública.

O encontro foi precedido de audiências nos ministérios da Cultura; do Turismo; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Ciência e Tecnologia e Inovação; e do Trabalho e Emprego. As reuniões prévias resultaram na criação de um grupo de trabalho que estudará propostas viáveis e sustentáveis para o setor.

Após o debate na Câmara dos Deputados, o assunto continuou na pauta do Legislativo e do Executivo. Articulou-se com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) a realização da primeira pesquisa nacional sobre a cadeia produtiva do Carnaval para dimensionar as demandas do setor e seus gargalos tecnológicos. “Podemos levantar, além dos subprodutos criados pela cadeia produtiva do Carnaval, as características culturais de cada estado, e os mecanismos que as mantêm vivas. Nós já constatamos que o Carnaval é carente de fomento do Estado, e que por isso criou o seu próprio modelo, que de uma forma ou de outra consegue produzir uma grande festa popular, mas que ainda não é

autossustentável”, afirmou a presidente da Comissão, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

Segundo o secretário-executivo do MCTI, Luiz Antonio Elias, com o mapeamento o Ministério poderá impulsionar essa demanda. “Precisamos ressaltar a importância do Carnaval não só como atividade festiva, mas como mecanismo de inclusão e desenvolvimento econômico”, destacou.

Além da pesquisa, a audiência pública se desmembrou em discussões estaduais. Vários estados inspirados pelas discussões iniciadas em junho na Comissão de Cultura promoveram debates sobre as demandas e desafios do setor. São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Amapá, por exemplo, realizaram encontros para ampliar a difusão das informações e colher sugestões para futuras propostas de políticas públicas para fomento da festa.

De acordo com o deputado Paulo Ferreira (PT/RS), que participou do encontro no Rio Grande do Sul e foi o autor do requerimento para realização da audiência pública, a Comissão está colhendo os frutos do encontro proposto na esfera federal. “A ideia, que era valorizar a nossa maior festa, continua. Em 2014 devemos fazer uma reunião nacional para discutir os passos futuros de organização do nosso Carnaval brasileiro.”

Seminários

Em 2013, quatro seminários abordaram temas caros ao colegiado, como a diversidade cultural, o direito autoral, a importância da relação da cultura na educação e os desafios das mídias alternativas.

Seminário defende Estado laico

Crédito: Luiz Macedo/Câmara dos Deputados



14.5 – X Seminário LGBT do Congresso Nacional: Liberdades, abram as asas sobre nós – a liberdade de crença em relação às outras liberdades individuais. Requerimento 14 – deputados Fátima Bezerra (PT/RN), Jean Wyllys (Psol/RJ).

A consolidação do Estado laico e a tolerância das liberdades individuais e religiosas marcaram o X Seminário LGBT do Congresso Nacional, promovido no dia 14 de maio, pelas comissões de Cultura, Educação e Legislação Participativa em parceria com as Frentes Parlamentares Mistas pela Cidadania LGBT; e de Defesa dos Direitos Humanos; e por movimentos sociais LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros). Com o *slogan* “Liberdades, abram as asas sobre nós”, militantes das causas homoafetivas, religiosos, acadêmicos e parlamentares debateram durante todo o dia o tema.

“Não podemos permitir que o Estado, que deve ser laico, seja intolerante. O Estado não pode ser palco de nenhuma manifestação de fé, ele tem que ser aberto a todos e a lei deve garantir o direito igual a todos, sem discriminar crenças e opções sexuais”, afirmou a deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), presidente da Comissão de Cultura, na abertura do encontro.

Para o deputado Jean Wyllys (Psol/RJ), o seminário foi o momento de os parlamentares se informarem melhor sobre a diversidade sexual. “Assim evitamos o fundamentalismo e a intolerância religiosa nos órgãos públicos.”

Entidades apontam demandas para reforma da Lei de Direitos Autorais

Crédito: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



24.9 – Seminário Reforma da Lei de Direitos Autorais. Requerimento 04 – deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

Entre setembro e outubro a Comissão de Cultura realizou três audiências públicas para recolher as demandas dos setores interessados na atualização da Lei dos Direitos Autorais. A reforma dessa legislação é discutida no governo desde a gestão de Gilberto Gil no Ministério da

Cultura (MinC). Parte da temática avançou com a promulgação, em 2013, da Lei 12.853, que reintroduziu a fiscalização estatal no âmbito da gestão coletiva de direitos autorais.

Vários outros tópicos, no entanto, seguem requerendo atualização. “Estamos aguardando o governo enviar sua proposta, mas iniciamos as consultas para ouvir os setores interessados e assim subsidiar a relatoria dos diversos projetos que tratam desse assunto e que tramitam na Comissão de Cultura”, explicou a deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), presidente do colegiado.

No primeiro debate, realizado no dia 24 de setembro, artistas, parlamentares, músicos e representantes de editoras, cineclubes, bibliotecas e do setor de radiodifusão compartilharam suas expectativas. Questões contratuais relevantes para os músicos, como o problema da coautoria na obra audiovisual e a necessidade de conferir caráter temporário às licenças foram abordadas pelo maestro Tim Rescala, representante do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro (SindMusi) e da Associação Brasileira de Compositores de Música para o Audiovisual (Musimagem Brasil). As dificuldades trazidas pela lei para que as bibliotecas cumpram sua missão de difusoras de conhecimento também foram abordadas pelos participantes, além das demandas dos cineclubes, que têm sua atividade ameaçada pela imprecisa legislação em vigor.

No dia 8 de outubro, a modernização da Lei de Direitos Autorais voltou à pauta da Comissão de Cultura em duas sessões, completando as três etapas dos debates sobre a reforma da lei.

Durante a manhã foram abordadas as dificuldades que a lei autoral impõe para os portadores de deficiências, o enquadramento das áreas privadas de hotéis como locais de frequência coletiva, a demanda por maior proteção dos integrantes da cadeia produtiva do audiovisual e os problemas enfrentados pelo setor cultural com herdeiros e outros titulares derivados de direitos autorais.

As reivindicações dos atores também tiveram espaço no debate. Magdalena Rodrigues, presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais (Sated/MG), falou da importância do desmembramento do direito conexo na nova lei, consagrando um novo direito à exibição pública. Para ela, tal figura garantiria uma nova remuneração para os artistas que emprestam sua imagem com o intuito de dar vida aos personagens de uma obra audiovisual. “É uma oportunidade de os artistas receberem por seu trabalho”, disse.

No último encontro realizado pela Comissão de Cultura, na tarde do dia 8 de outubro, a internet ganhou destaque. Preocupação da maioria dos setores, o tema gerou intenso debate, mas evidenciou a necessidade de se abordar o assunto, ignorado pela lei em vigor. Hoje, por exemplo, quem transfere para seu telefone celular a íntegra de um CD legalmente adquirido está infringindo a Lei 9.610/1998, que consolida a legislação sobre os direitos autorais no Brasil. Apesar de ter sido debatido nos primeiros anos de popularização da internet, o texto em vigor não contemplou os avanços tecnológicos contemporâneos à sua aprovação.

Neste encontro final, representantes dos setores editorial, audiovisual, musical, dos provedores de internet e pesquisadores apontaram suas demandas, anseios e medos em relação à atualização da lei. As vantagens e desvantagens de sistemas de controle de conteúdo como o “notifica e notifica” e “notifica e retira” foram debatidas pelos participantes, ficando claro que o recurso a tais modelos está longe de ser uma unanimidade. Foi possível, no entanto, concluir que o desafio colocado em relação à internet na reformulação da lei é que a legislação acompanhe, de forma cuidadosa, o desenvolvimento da tecnologia, impedindo seu “engessamento”. “Hoje, estamos todos na ilegalidade. Espero que a gente consiga levar adiante uma modernização efetiva da lei”, disse a deputada Jandira Feghali.

Integração entre cultura e educação precisa virar política de Estado

Crédito: Alexandra Martins/Câmara dos Deputados



1º.10 – Seminário Construção de um Plano Articulado entre Cultura e Educação. Requerimento 38 – deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

No dia 1º de outubro, as comissões de Cultura e de Educação realizaram o seminário Construção de um Plano Articulado entre Cultura e Educação para iniciar os debates para a construção de uma política de Estado que integre, de fato, esses saberes.

No encontro, reforçou-se a necessidade da (re)integração desses campos do saber na formação das crianças e dos jovens brasileiros. “Não sei quando houve essa ruptura, mas a escola formal está muito longe da vida, presa a uma grade curricular, envolta em muros altos com arames farpados e o professor é um cara sisudo, que não tem seus recursos humanos desenvolvidos, que não está preparado para fazer essa integração”, afirmou a atriz e poetisa Elisa Lucinda.

A ideia de reaproximar cultura, educação e a formação informal é uma das apostas dos ministérios da Cultura (MinC) e da Educação (MEC) para a construção de uma política de Estado que torne a escola um equipamento cultural capaz de transformar as pessoas e garantir o pleno direito cultural no País.

O programa Mais Cultura nas Escolas, desenvolvido pelo MinC e MEC no âmbito do programa Mais Educação, é exemplo de que é possível realizar essa integração. “O espaço cultural mais importante é o da escola e nosso objetivo é ampliar o programa para todas as 50 mil escolas que fazem parte do programa Mais Educação”, pontuou o assessor do MEC, Márcio Meira.

Juana Nunes, diretora de Educação e Comunicação para a Cultura, da Secretaria de Políticas Culturais do MinC, reforçou que a transformação desse debate em lei é a garantia da perenidade dessa proposta. “Nós queremos deixar de realizar programas para construir políticas que sejam permanentes e que sejam para todas as escolas”, disse.

Para a presidente da Comissão de Cultura, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), esse debate foi o início para a construção de marcos legais. “Quando vamos conseguir de fato que cultura e educação sejam políticas articuladas para construção da cidadania brasileira e que o professor seja o protagonista desse processo? Estamos aqui dando um primeiro passo nesse caminho.”

Política de redes foi tema de debate entre as comissões de Cultura e de Legislação Participativa

Crédito: Gabriela Korossy/Câmara dos Deputados



3.12 – Seminário Cultura Livre, Viva, Aberta e em Rede. Requerimentos 55 (CCult) – deputados Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Jean Wyllys (Psol/RJ), Nilmário Miranda (PT/MG); 102 (CLP), Associação Caminho das Artes.

No dia 3 de dezembro, as comissões de Cultura e de Legislação Participativa realizaram seminário para debater a chamada política de redes. Para o produtor cultural, curador e consultor independente, Pena Schmidt, cultura livre, viva, aberta e em rede significa o futuro. Ele fez um relato de sua experiência com as transformações do mercado fonográfico: do vinil à internet. “Com o advento da internet, a plataforma da música se tornou autônoma. Festivais se proliferaram pelo País, criou-se um campo de diálogo entre polos de organização”, disse. Nesse contexto, segundo Pena, o coletivo Fora do Eixo se destaca por ser um “organizador nato de circuitos alternativos”.

Para a deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), presidente da Comissão de Cultura, a atitude suprapartidária do Fora do Eixo, em contraponto à partidarização da cultura colocada como mero entretenimento em campanhas eleitorais é destaque.

No encontro, outros temas também estiveram em pauta, como a Lei Cultura Viva – que tramita no Senado, após aprovação na Câmara em agosto de 2013 –, a Lei de Mestres e Mestras da Tradição Oral, o manifesto pela educação, a criminalização da política.

Projetos Aprovados em 2013

Em seu primeiro ano, a Comissão de Cultura foi se consolidando como um fórum qualificado para negociar em pé de igualdade as demandas do setor cultural e elevar a cultura ao posto de política estratégica e de Estado. Teve importante atuação para o avanço de algumas pautas no Congresso, como a aprovação da Lei do Ecad, do Cultura Viva, do Vale-cultura, da PEC da Música, além da defesa constante do aumento do orçamento para o setor. Em seu primeiro ano, batalhou para colocar o tema na pauta dos projetos da Casa. Apreciou 69 projetos de lei (PLs), sendo 50 deles aprovados pelos parlamentares.

PL 4.281/2012 – sen. Inácio Arruda (PCdoB/CE) e outros. Institui a Bolsa-Artista, destinada a proporcionar formação e aprimoramento de artistas amadores e profissionais em diversas áreas de atuação. “Ao instituir a Bolsa-Artista se propõe mais um mecanismo de fomento à cultura no País, pois este projeto favorece a cultura e os artistas brasileiros”, disse o relator, deputado Stepan Nercessian (PPS/RJ).

PL 2.671/2011 – dep. Newton Lima (PT/SP) e outros. Obriga o beneficiário de patrocínio para produção cultural a doar, caso haja interesse do Poder Público, parcela dos livros, obras cinematográficas ou videofonográficas produzidas. “Este projeto visa o zelo ao patrimônio público e contribui para a efetividade do direito de acesso à cultura, na medida em que, em caso de interesse público, obriga a doação à União de bens culturais, para cuja produção tenha desembolsado recursos”, apontou o relator, deputado Raul Henry (PMDB/PE).

PL 5.095/2013 – dep. Tiririca (PR/SP). Altera a Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a Lei Rouanet, para reconhecer a atividade circense como manifestação cultural. “O objetivo pretendido é visibilizar a atividade circense. O circo é manifestação cultural no sentido mais amplo. Espaço de múltiplas linguagens, como as artes cênicas e a música, influenciando-as e sendo por elas influenciado. O circo produz e enriquece a cultura. Promove trocas culturais, além de ser um meio de

entretenimento e divulgação da cultura”, afirmou o relator da matéria, deputado Antônio Roberto (PV/MG).

PL 3.199/2012 – dep. João Paulo Lima (PT/PE). Institui o Programa de Apoio e Incentivo a Novos Escritores Brasileiros.

PL 3.073/2011 – dep. Aguinaldo Ribeiro (PP/PB). Acrescenta inciso ao artigo 13 da Lei 10.753/2003, que institui a Política Nacional do Livro. “Essa proposta pretende estimular o surgimento de novos escritores por meio de concursos regionais. Creio que fomentar a realização de concursos literários de âmbito nacional e regional é uma medida interessante e eficaz para revelar novos escritores, aumentar as chances de publicação de seus textos, em meio impresso e também digital, além de estimular o surgimento de novos talentos e incrementar a produção literária brasileira”, destacou a relatora da matéria, deputada Fátima Bezerra (PT/RN).

PL 2.755/2011 – dep. Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN). Dá a denominação de Aeroporto Internacional do Rio Grande do Norte/São Gonçalo do Amarante – ministro Aluizio Alves, ao Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN).

PL 3.716/2012 – dep. Rogério Carvalho (PT/SE). Inscreve os nomes do chefe Tupiniquim Tibiriçá, do chefe Temiminó Araribóia e do Potiguar Poti no *Livro dos Heróis da Pátria*. “Os homenageados são líderes indígenas que, no conturbado período do início da colonização, nos séculos 16 e 17, colaboraram com os portugueses na defesa do território nacional. O chefe Tupiniquim Tibiriçá – cujo nome significa “vigilante da terra” – foi um dos responsáveis pela fundação da Vila de São Paulo dos Campos de Piratininga, embrião da atual cidade de São Paulo. Já o chefe Temiminó Araribóia é considerado o fundador da cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, e enfrentou grandes batalhas. Potiguar Poti também contribuiu para expulsão de invasores da costa brasileira, mas seu reconhecimento já ocorreu em 2012, por meio da Lei 12.701”, explicou o relator, deputado Stepan Nercessian (PPS/RJ).

PL 6.139/2013 – dep. Jean Wyllys (Psol/RJ) e outros. Institui o “Dia Nacional do Teatro Acessível”, a ser comemorado no dia 19 de setembro. “A acessibilidade é um elemento fundamental para a fruição do espetáculo teatral e não se limita à plateia, mas também aos atores e demais profissionais que realizam o espetáculo. Isto é, os camarins, palco e espaços de apresentação também devem ser acessíveis”, disse a relatora, deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO).

PL 4.160/2012 – dep. Paulo Rubem Santiago (PDT/PE). Declara Celso Furtado “Patrono da Economia Brasileira”. “A necessidade de compreender o contexto histórico da sociedade brasileira sempre o impulsionou, fazendo-o sair do mundo interiorano no qual nascera em busca de uma visão universal da trajetória da humanidade. Por toda sua trajetória de vida dedicada ao Brasil e à superação do subdesenvolvimento, e por toda sua contribuição para o enfrentamento dos dois maiores problemas da economia brasileira, a inflação e a desigualdade de renda é que essa homenagem é mais do merecida”, destacou a relatora, deputada Luciana Santos (PCdoB/PE).

PL 3.983/2012 – dep. Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG). Denomina “Viaduto Francisco Bilac Moreira Pinto”, o viaduto localizado na altura do km 102 da BR-459 – cruzamento com a Avenida Tuany Toledo, no município de Pouso Alegre (MG).

PL 2.387/2011 – sen. Cristovam Buarque (PDT/DF). Altera a Lei 5.700, de 1º de setembro de 1971, que “dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais, e dá outras providências”, para determinar que o “Hino Nacional” seja executado na abertura das competições esportivas nacionais que especifica. **Apensado:** PL 7.903/2010 – dep. Lira Maia (DEM/PA).

PL 664/2011 – dep. Nelson Marquezelli (PTB/SP). Denomina “Aeroporto Internacional Governador Orestes Quércia” o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP).

PL 4.124/2008 – dep. Chico Alencar (Psol/RJ), declara o funk como manifestação cultural. “A noção de cultura defendida pela Antropologia e pelos Estudos Culturais tem colaborado não só para o reconhecimento de manifestações culturais alvo de preconceitos e distinções culturais elitistas, mas também para a elaboração de políticas públicas. É essa noção de cultura que devemos evocar para reconhecer o funk como manifestação cultural e livrá-lo dos preconceitos das elites culturais (que quase sempre se confundem com as econômicas) que fazem distinções e hierarquias culturais para sustentar e justificar seus privilégios”, defendeu o relator, deputado Jean Wyllys (Psol/RJ).

PL 4.125/2012 – dep. Reinhold Stephanes (PSD/PR). Confere ao município de Terra Roxa (PR), o título de “Capital Nacional da Moda Bebê”.

PL 3.642/2012 – dep. Fernando Marroni (PT/RS). Denomina-se “Aeroporto Internacional de Pelotas – João Simões Lopes Neto”, o aeroporto da cidade de Pelotas (RS).

PL 2.728/2011 – dep. Lourival Mendes (PTdoB/MA). Institui o dia 3 de dezembro como “Dia do Delegado de Polícia”.

PL 3.694/2012 – sen. Álvaro Dias (PMDB/PR). Institui o “Dia Nacional da Poesia”, a ser comemorado no dia 31 de outubro, em homenagem ao nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade. “Drummond foi um dos escritores mais profícuos de seu tempo e até hoje influencia poetas Brasil afora, e acredito que esta data irá colaborar para promover a educação poética de nosso povo”, afirmou o relator, deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE).

PL 3.931/2012 – Osmar Serraglio (PMDB/PR). Confere ao município de Castro (PR) o título de “Capital Nacional do Leite”.

PL 6.603/2009 – dep. Alex Canziani (PTB/PR). Dá a denominação de “Centro Histórico Cultural Estação Ferroviária Nadir Glade” à estação ferroviária do município de Apucarana (PR).

PL 7.549/2010 – dep. Roberto Santiago (PSD/SP). Institui o “Dia Nacional dos Auxiliares da Administração Escolar”, a ser comemorado no dia 1º de março.

PL 7.755/2010 – sen. Roberto Cavalcanti (PRB/PB). Dispõe sobre a profissão de artesão, estabelece diretrizes para as políticas públicas de fomento ao artesanato, institui a carteira profissional da categoria e autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Artesanato. **Apensados:** PL 763/2011 – dep. Padre Ton (PT/RO); PL 925/2011 – dep. Antonio Roberto (PV/MG); PL 4.544/2012 – dep. Gorete Pereira (PR/CE); PL 3.795/2012 – dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ). “A aprovação da matéria é mais um passo de um processo para garantir o reconhecimento do artesão como profissional e as condições necessárias para que a atividade seja fortalecida. Há tempos que os artesãos de todo o País se empenham na defesa do direito de seu enquadramento profissional. Contemplar as manifestações culturais brasileiras tão bem traduzidas pela riqueza da nossa arte popular deve ser preocupação não só das políticas culturais, mas do projeto de desenvolvimento social e de crescimento econômico deste País”, destacou a relatora, deputada Luciana Santos (PCdoB/PE).

PL 477/2011 – dep. Hugo Leal (Pros/RJ). Dispõe sobre o cumprimento do horário de início anunciado para apresentações ofertadas ao público em geral.

PL 2.175/2011 – dep. Fernando Torres (PSD/BA). Estabelece normas para apresentação de filmes em ônibus interestaduais.

PL 4.397/2012 – dep. Walter Feldman (PSB/SP). Acrescenta a alínea f ao inciso II do art. 3º, acrescenta a alínea i ao § 3º do art. 18 e altera o inciso V do art. 25, todos da Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que reestabelece princípios da Lei 7.505, de 02 de julho de 1986, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. As alterações incluem projetos para a produção de esculturas e estátuas destinadas a logradouros públicos no Brasil entre os que podem ser beneficiados pelos incentivos previstos na lei.

PL 4.085/2012 – dep. Onofre Santo Agostini (PSD/SC). Altera a Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece “princípios da Lei 7.505, de 02 de julho de 1986, instituindo o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências”.

PL 6.060/2009 – dep. Vicentinho (PT/SP). Estabelece incentivo para produção e distribuição de revistas em quadrinhos nacionais. “A ideia é que editoras que atingirem um percentual mínimo de publicação de histórias em quadrinhos de origem nacional, considerando-se o conjunto das publicações do gênero produzidas a cada ano, receberão incentivos fiscais por meio da redução do Imposto de Renda sobre o total investido. Os incentivos fiscais serão de 50%, se atingirem um mínimo de 35% de quadrinhos de origem nacional; e até 25%, se atingirem um mínimo de 25% de quadrinhos de origem nacional”, explicou o relator, deputado José Stédile (PSB/RS).

PL 6.541/2009 – sen. Sérgio Zambiasi (PTB/RS). Inscreve o nome do senador Pinheiro Machado no *Livro dos Heróis da Pátria*.

PL 3.562/2012 – dep. José Stédile (PSB/RS). Institui o “Dia Nacional do Empregado Sindical”, a ser comemorado no dia 9 de maio – mesma data da lei aprovada no Congresso em 2006, que modificou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assegurando o direito de organização dos sindicatários.

PL 4.903/2012 – dep. Luiza Erundina (PSB/SP) e outros. Inclui o “Dia Nacional do Direito à Verdade” no calendário nacional, a ser comemorado no dia 24 de março. “É uma data destinada à reflexão coletiva sobre a importância do conhecimento das situações em que tiverem ocorrido graves violações aos direitos humanos, seja para a reafirmação da dignidade humana das vítimas, seja para a superação dos estigmas sociais criados por tais violações. Além disso, é a opor-

tunidade de levantar a discussão sobre a matéria a partir da própria tramitação de proposições legislativas destinadas a consagrar tal data nos vários âmbitos da Federação. É essencial que se fortaleça em todo o País o ideal da democracia e da tolerância o respeito à diversidade, o amor à verdade e a prática do direito incondicional à verdade, o acolhimento e amparo das vítimas, o reconhecimento dos direitos de todos, sobretudo dos mais fracos e despossuídos”, afirmou o relator da matéria, deputado Nilmário Miranda (PT/MG).

PL 5.276/2013 – dep. Acelino Popó (PRB/BA). Institui o “Dia Nacional do Boxe”, a ser comemorado no dia 26 de março. A data é uma homenagem a Eder Jofre, considerado um dos maiores pugilistas brasileiros.

PL 5.861/2013 – sen. Cristovam Buarque (PDT/DF). Inscreve o nome de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo no *Livro dos Heróis da Pátria*.

PL 4.473/2012 – dep. Júlio Campos (DEM/MT). Estabelece obrigatoriedade de contratação de cantores, instrumentistas, bandas ou conjuntos musicais locais na abertura dos shows ou eventos musicais financiados por recursos públicos. “Aprovamos o projeto com uma emenda que diz que a obrigatoriedade de contratação de artistas locais para a abertura de apresentações musicais deve acontecer em eventos financiados por meio de emendas parlamentares, nos termos da legislação federal de incentivo à cultura. Essa emenda visa respeitar a autonomia federativa dos municípios, pois ressalta que apenas quem buscar financiamento de shows ou apresentações musicais com recursos públicos transferidos pela União é que deverá atender a esta condição”, explica o relator, deputado José Stédile (PSB/RS).

PL 6.301/2013 – Poder Executivo. Declara o tenente-coronel Jorge da Silva Prado “Patrono do Material Bélico da Aeronáutica”.

PL 5.978/2013 – dep. Sandra Rosado (PSB/RN). Altera o inciso V do art. 1º da Lei 10.179, de 06 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, estendendo a possibilidade de utilização de títulos emitidos em decorrência de acordos de reestruturação da dívida externa, atualmente em benefício da obra audiovisual brasileira, para a música, as artes cênicas, as artes plásticas e o patrimônio histórico.

PL 6.303/2009 – dep. Zequinha Marinho (PSC/PA). Dispõe sobre o livre exercício da profissão de músico. **Apensados:** PL 6.930/2010 – dep. André Zacharow (PMDB/PR); PL 743/2011 – dep. Hugo Motta (PMDB/PB).

PL 6.360/2013 – dep. Zezéu Ribeiro (PT/BA). Institui o “Dia Nacional do Samba de Roda” no calendário nacional, a ser comemorado no dia 25 de novembro. “A data é uma referência ao reconhecimento do samba de roda como patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no dia 25 de novembro de 2005 e visa contribuir para a divulgação, consolidação e enraizamento da manifestação cultural Brasil afora”, destacou a relatora, deputada Marina Sant’Anna (PT/GO).

PL 872/2011 – dep. Luiz Noé (PSB/RS). Denomina “Policia Rodoviário Federal Ricardo Henrique Moreira”, o viaduto localizado no km 300, da BR-116, em Guaíba (RS).

PL 4.261/2012 – sen. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP). Denomina “Rodovia Presidente João Goulart”, o trecho da BR-153 compreendido entre a cidade de Cachoeira do Sul (RS) e a cidade de Marabá (PR).

PL 4.047/2001 – dep. Givaldo Carimbão (PSB/AL). Altera o art. 16 do Decreto-lei 236, de 28 de fevereiro de 1967, para definir os horários de veiculação e a duração dos programas educativos. “É uma forma de dar importância ao processo da comunicação e da formação, como uma forma de garantir esse espaço de conscientização ao cidadão brasileiro”, declarou a relatora da matéria, deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO).

PL 5.828/2013 – dep. Dr. Jorge Silva (Pros/CE). Designa Juscelino Kubitschek de Oliveira como o “Patrono da Urologia no Brasil”.

PL 6.128/2013 – dep. Keiko Ota (PSB/SP). Institui o “Dia Nacional do Perdão”, a ser comemorado todo dia 30 de agosto.

PL 6.517/2013 – dep. Giovani Cherini (PDT/RS). Inscreve o nome de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, no *Livro dos Heróis da Pátria*.

PL 7.420/2010 – sen. Pedro Simon (PMDB/RS). Dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V da Constituição Federal, e dá outras providências.

PL 1.206/2011 – dep. Givaldo Carimbão (PSB/AL). Modifica a Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, autorizando a reprodução de discursos pronunciados em sessões legislativas e tribunais, nos meios de comunicação social.

PL 1.311/2011 – dep. Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC). Altera a redação do parágrafo único do art. 13 do Decreto-lei 236, de 28 de fevereiro de 1967, para autorizar a veiculação de publicidade comer-

cial na programação das emissoras de televisão educativa, limitada a 15% do tempo total destinado à programação dessas emissoras. “A legislação era omissa à possibilidade delas atuarem na área da veiculação institucional, de apoio cultural e patrocínio. Hoje nós conseguimos dar uma abertura a essa regulamentação. Isso vai permitir que as TVs educativas consigam se organizar, receber recursos a título de apoio cultural, de propaganda institucional, que é uma forma de garantir seu fortalecimento e sobrevivência”, destacou a relatora da matéria deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO).

PL 1.662/2011 – dep. Luiz Couto (PT/PB). Denomina “Israel Guedes Ferreira” o edifício da Agência Central do INSS no município de Alagoa Grande (PB).

PL 3.629/2012 – dep. Otávio Leite (PSDB/RJ). Altera a Lei 10.457, de 14 de maio de 2002, substituindo a expressão “Dia do Bacharel em Turismo” por “Dia Nacional do Turismólogo e dos Profissionais do Turismo”.

PL 5.775/2013 – dep. Onofre Santo Agostini (PSD/SC). Altera a Lei 10.292, de 27 de setembro de 2001, que denomina Rodovia Governador Mário Covas a BR-101, para atribuir nova denominação ao trecho da rodovia situado no estado de Santa Catarina.

PL 6.150/2013 – dep. Sandro Mabel (PMDB/GO). Confere ao município de Olímpia (SP) o título de “Capital Nacional do Folclore”.

PL 4.928/2013 – dep. Antonio Balhmann (Pros/CE). Denomina “Luiz Gonzaga do Nascimento, o Rei do Baião” o canal da transposição das águas do Rio São Francisco para o semiárido nordestino. “Luiz Gonzaga teve a capacidade de expressar o sentimento e a relação que a população tem com suas agruras e também com sua beleza. Ele poetizava sobre algo muito doloroso, como a seca. Então, nada mais justo que a transposição do Rio São Francisco, que vai levar água à população nordestina, leve o nome dele”, afirmou a relatora deputada Luciana Santos (PCdoB/PE).

Projetos em Tramitação

A Comissão de Cultura destaca 10 importantes projetos de lei que aguardam apreciação do colegiado e devem entrar na pauta de 2014.

PL 1.757/2007 – dep. Edigar Mão Branca (PV/BA). Obriga as rádios e televisões comerciais a informar aos ouvintes ou telespectadores dados sobre a autoria e interpretação de obras musicais executadas em sua programação. **Apensados:** PL 3.841/2008 – dep. Daniel Almeida (PCdoB/BA); e PL 4.339/2008 – dep. Décio Lima (PT/SC).

PL 5.559/2009 – dep. Otavio Leite (PSDB/RJ). Estabelece que os programas de fomento, apoio e incentivo à cultura, empreendidos pela administração federal, possam se estender a atividades e projeto que objetivem o desenvolvimento do Turismo Receptivo Brasileiro, nos termos desta lei. **Apensado:** PL 5.724/2009 – dep. Efraim Filho (DEM/PB).

PL 6.117/2009 – dep. Carlos Bezerra (PMDB/MT). Estabelece que a obra intelectual produzida em cumprimento a dever funcional, contrato de trabalho ou de prestação de serviços, pertencerá a ambas as partes. **Apensados:** PL 2.910/2011 – dep. Luciano Castro (PR/RR); PL 3.133/2012 – dep. Nazareno Fonteles (PT/PI); e PL 4.072/2012 – dep. Rogério Carvalho (PT/SE).

PL 6.533/2009 – dep. Alice Portugal (PCdoB/BA). Dispõe sobre a proibição de alienação de bens imóveis, de valor artístico, histórico e/ou cultural, pertencentes a instituições religiosas, que tenham recebido quaisquer imunidades, isenções e benefícios do Governo Federal, e dá outras providências.

PL 3/2011 – dep. Maurício Rands (PT/PE). Declara o movimento Hip Hop manifestação de cultura popular de alcance nacional, e dá outras providências. **Apensado:** PL 6.756/2013 – dep. Romário (PSB/RJ).

PL 4.234/2012 – dep. Arnaldo Jordy (PPS/PA). Altera a Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, para obrigar as emissoras de rádio, televisão e outros veículos de comunicação a informar aos ouvintes, telespectado-

res ou leitores, os nomes dos compositores de obras musicais executadas em suas programações.

PL 4.534/2012 – sen. Acir Gurgacz (PDT/RO). Altera a Lei 10.753 de 30 de outubro de 2003, que “institui a Política Nacional do Livro”, para atualizar a definição de livro e para alterar a lista de equiparados a livros.

PL 5.808/2013 – dep. Valadares Filho (PSB/SE). Altera a Lei 10.753 de 30 de outubro de 2003, para dispor sobre recursos para atualização de acervos das bibliotecas municipais, estaduais, do Distrito Federal, federais, universitárias, escolares e as pertencentes a organizações não governamentais que disponibilizem suas instalações e acervos à visitação, consulta pública e empréstimo de livros.

PL 6.635/2013 – Stepan Nercessian (PPS/RJ). Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais, equipamentos musicais, suas partes e acessórios, constantes na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi) e partituras musicais.

PL 1.176/2011 – dep. Edson Santos (PT/RJ). Institui o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares. **Apensado:** PL 1.786/2011 – dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e outros.

Orçamento

O fortalecimento da cultura passa pela busca por mais recursos para o setor. Para tanto, a Comissão de Cultura atuou em diversas frentes este ano. Buscou arduamente colocar em pauta a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 150/2003, que destina recursos para a cultura; articulou a celeridade da votação do Procultura, que distribui mais equanimemente os recursos do setor; e aprovou emendas para a área tanto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) como no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2014.

Em agosto foram aprovadas emendas à LDO para 2014. A LDO define as grandes linhas do orçamento e regulamenta sua preparação, indicando as despesas prioritárias e como elas devem ser organizadas. Entre as prioridades estabelecidas pela Comissão para a cultura constavam: fomento, acesso e promoção da cultura; fortalecimento do patrimônio imaterial e material das cidades históricas; as cidades criativas; e a integração entre cultura e educação.

Já em novembro, os parlamentares aprovaram três emendas ao Orçamento, no total de R\$ 790 milhões, para a cultura. As áreas priorizadas foram: o Fundo Nacional de Cultura, a Fundação Palmares e o Museu Nacional Afro-brasileiro. Em dezembro, o Congresso Nacional deliberou sobre o assunto e aprovou um acréscimo de R\$ 159 milhões no orçamento de 2014. O total dos recursos aprovados por meio de emendas ficou atrás de apenas três das 21 comissões permanentes da Casa: a de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com R\$ 276 milhões; a de Desenvolvimento Urbano, que aprovou R\$ 267 milhões; e a da Amazônia, com R\$ 218 milhões.

Apesar da vitória, o colegiado lamentou que um setor estratégico para a cultura, como a Fundação Palmares, que cuida da promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira no País, não tenha tido a sensibilidade dos parlamentares para angariar recursos maiores. A Comissão

de Cultura apresentou emendas de R\$ 40 milhões para a Fundação, mas apenas R\$ 20 mil foram aprovados para 2014.

Numa outra frente, a Comissão de Cultura realizou uma série de encontros com o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), com representantes da sociedade civil que militam em defesa da cultura, e com representantes do Executivo para articular uma estratégia para colocar a PEC 150/2003 em votação. Desde 2009 a matéria está pronta para ser apreciada, mas por falta de acordo com o governo não é pautada na Casa.

No último encontro com o presidente da Casa, realizado em dezembro, ficou acordado o envio de uma nova proposta com o escalonamento do percentual previsto na PEC 150 para que o Executivo avalie sua viabilidade. A expectativa é que em fevereiro de 2014 as negociações sejam retomadas para então colocar a matéria em votação no Plenário da Casa.

A Comissão de Cultura articulou também a celeridade da votação do Procultura. A matéria foi aprovada na Comissão de Tributação e Finanças no final do ano, mas ainda precisaria passar pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania. Para dar mais agilidade ao processo foi apresentado um pedido de urgência constitucional para levar a matéria para votação direto em Plenário. O pedido ainda aguarda apreciação.

Expresso 168

Para promover uma agenda que colocasse a cultura de forma transversal na pauta da Câmara, do Poder Executivo e na sociedade, a Comissão de Cultura criou o *Expresso 168*. A ideia era realizar encontros informais na sala da presidência da Comissão, com registro da TV Câmara e transmissão ao vivo pela internet, com a finalidade de agilizar o diálogo entre a sociedade civil, representantes de segmentos da cultura, gestores públicos e parlamentares. Neste primeiro ano, três temas foram tratados: moda e design, cultura nas periferias e distribuição de verba publicitária do governo em veículos de comunicação. A partir desses debates, grupos de trabalho foram criados para sistematizar as demandas apresentadas durante os encontros. Até o início de 2014, esses grupos devem apresentar uma proposta para desenvolvimento de cada área.

Moda e design

Crédito: Mídia NINJA/ CCult



Este foi o tema tratado no primeiro *Expresso 168*. Realizado no dia 4 de junho, o encontro abordou os gargalos da indústria da moda.

Estiveram presentes representantes dos ministérios da Cultura; do Desenvolvimento Indústria e Comércio; da Frente Parlamentar em De-

fesa da Confeção e Indústria Têxtil; deputados e representantes de entidades ligadas ao tema.

Entre as dificuldades apontadas estão: fomento, formação da mão de obra, formalidade e logística. “Nós vivemos num sistema econômico que busca padronizar e concentrar. As grandes marcas querem dominar o mercado de produção têxtil e padronizar o designer. O que costumamos fazer para proteger o nosso mercado e a nossa cultura é incentivar a diversidade e a moda, que são duas coisas que se juntam. A moda incentiva o fortalecimento da nossa identidade”, afirmou o presidente da Frente Parlamentar da Indústria Têxtil, deputado Henrique Fontana (PT/RS).

“Temos qualidade, preço, mas não como escoar os produtos produzidos para o exterior devido à falta de logística e a tributação que mata qualquer micro empreendedor”, lembrou o deputado Stepan Nercessian (PPS/RJ), enfatizando o trabalho “heroico” da cadeia produtiva da moda.

A falta de políticas públicas também foi destacada no encontro por Ekede Isabel, do Grupo de Trabalho de Economia Solidária do Conselho Nacional de Políticas Culturais.

O caminho para o desenvolvimento do setor foi apontado pela secretária de Economia Criativa do MinC, Cláudia Leitão. Segundo ela, é preciso mapear os setores mais atuantes e seus impactos no Produto Interno Bruto (PIB), além de qualificar toda a cadeia produtiva, criar linhas bancárias de fomento para o setor e estabelecer marcos legais nas áreas tributária, trabalhista e previdenciária.

Projetos culturais em comunidades

Crédito: Midia NINJA/CCult



No dia 19 de junho, o segundo *Expresso 168* abordou as dificuldades de quem realiza projetos culturais em comunidades e favelas. Entre os principais pontos: orçamento, falta de valorização da cultura e a falta de infraestrutura urbana. O encontro contou com a presença de representantes de comunidades e favelas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Cuiabá.

Para eles, falta um olhar cuidadoso do Estado com esses grupos que, muitas vezes, criam suas próprias alternativas pela ausência do Poder Público. “Tenho orgulho de dizer que moro no Capão Limpo, coisa que o meu pai não tinha. A união popular mudou a nossa realidade. O Clube das Mães nos ensinou que a cultura periférica está em toda cidade. Na comunidade temos o banco solidário que criou uma moeda local. Em três anos, movimentamos R\$ 70 mil e ajudamos os moradores de inúmeras formas”, contou Thiago Vinícius, da agência Solano Trindade, localizada na Zona Sul de São Paulo.

O vice-presidente da Comissão de Cultura, José Stédile (PSB/RS), lembrou que o combate à violência – fator muito presente nas periferias – também se faz com cultura, mas que o setor não recebe a devida atenção. “A cultura carece de recursos. Aqui no Congresso se debatem projetos como a redução da maioria penal para combater a violência, mas não se discute mais recursos para a cultura. E segurança não se faz apenas com polícia e armas, mas com arte”, afirmou Stédile.

Hoje, a principal ação do governo direcionada às comunidades e favelas é a construção dos Céus das Artes – estruturas físicas que estão sendo erguidas nas periferias para desenvolver manifestações culturais. Para Maria Ester Lopes, gestora do Grupo Nós do Morro, da comunidade do Vidigal (RJ), mais importante do que construir um Céu é vivenciar os reais problemas da comunidade. “É claro que é importante a construção de um local destinado às manifestações culturais, mas o fundamental é criar alternativas sustentáveis para as atividades que já existem. Na comunidade do Vidigal temos muitas Vilas Olímpicas que serviriam para as atividades culturais, mas elas precisam de manutenção. Outra questão é o fomento para a cultura. Infelizmente, o mecenato pela Lei Rouanet não é uma política cultural suficiente para dar conta da demanda”, explicou.

Os gargalos e as demandas desses grupos estão sendo sistematizadas e em breve deverão ser encaminhados à Comissão de Cultura para que

possam virar projetos de lei ou outras ações legislativas para impulsionar o desenvolvimento das ações nessas áreas.

Verba publicitária

Crédito: Mídia NINJA/CCult



Numa sala repleta de parlamentares, gestores públicos, representantes da mídia alternativa e jornalistas, os gastos do Poder Público com publicidade foram colocados em pauta na última edição do ano do *Expresso 168*, realizado no dia 2 de julho. Os critérios para destinação da verba de publicidade ganharam destaque no debate. Hoje, a Secretaria de Comunicação do governo (Secom) leva em conta dois critérios: a audiência e a regionalização. É a ideia da mídia técnica, que teve início no governo Lula, mas ganhou corpo nos últimos anos.

A base dessa mídia diz que o gestor público deve investir de acordo com o resultado, como o alcance, para que a mensagem chegue ao maior número possível de brasileiros. De acordo com Roberto Messias, secretário executivo da Secom, 98% dos domicílios brasileiros têm acesso à tevê aberta – razão pela qual este meio leva a maior parte da verba: 62,6% nos últimos seis anos.

Segundo a ministra da Pasta, Helena Chagas, o governo vem aumentando os investimentos em outros meios, sobretudo na internet. Apesar disso, ainda são as tevês que recebem a maior parte. “Estamos buscando alternativas para romper esse círculo vicioso em que os grandes são os que mais recebem. Para tanto, precisaríamos sair desse debate com uma regulação e o Congresso deveria tratar desse assunto”, disse a ministra, lembrando que o tema é definido atualmente por meio de portarias e decretos do Poder Executivo.

O encontro gerou dois encaminhamentos: a criação de um grupo composto por integrantes da Secom e por parlamentares para elaborar as propostas do marco regulatório da verba publicitária; e uma aproximação da Secom com comissões da Câmara para dar celeridade às discussões na Casa.

“A democratização da comunicação é uma bandeira da sociedade brasileira. Hoje as pessoas entendem que a comunicação concentrada é antidemocrática. Isso é um avanço, um amadurecimento da sociedade e de muitos deputados do Congresso Nacional – não de todos, pois alguns ainda tentam preservar seus interesses –, mas de uma boa parte”, destacou a presidente da Comissão de Cultura, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

Coletivas Públicas

A Comissão de Cultura reconceituou as propostas de coletivas de imprensa ao torná-las acessíveis a todos os interessados, democratizando, assim, o acesso à informação. Veículos da grande imprensa, de mídias alternativas, blogueiros e demais interessados nos temas tratados puderam participar das duas coletivas públicas realizadas em 2013. Os temas abordados: regionalização da produção de rádio e TV em rede aberta, com o lançamento da campanha #QueroMeVerNaTV; e Marco Civil da Internet.

Regionalização: a luta pela produção independente

Crédito: Midia NINJA/CCult



No dia 6 de agosto, parlamentares da Comissão de Cultura, gestores públicos e representantes da sociedade civil convocaram uma coletiva pública na Câmara para lançar uma campanha em defesa da regionalização da produção de rádio e TV com produção independente, chamada #QueroMeVerNaTV.

A ideia era também chamar atenção para o projeto de lei (PL) 5.992/2013, que acabava de chegar à Casa – recém aprovado pelo Senado. Este projeto, oriundo de uma comissão mista criada para regulamentar alguns artigos da Constituição Federal, trata do artigo 221, inciso III, da Carta Magna,

que prevê a regionalização da produção de rádio e TV na rede aberta. O texto aprovado ignorou as propostas que tramitam na Casa sobre o tema há mais de 20 anos e desvirtua o conceito de regionalização. Desde que chegou à Câmara, a Comissão de Cultura e outros parlamentares que defendem a democratização da comunicação buscam impedir sua votação em Plenário.

Entre os retrocessos deste PL estão: a redução do tempo de programação regional; a inserção de conteúdos religiosos, como missas e cultos, de pronunciamentos em rede nacional e de propaganda eleitoral para cumprimento da cota; a exclusão da obrigatoriedade de contratação da produção independente.

A coletiva teve grande repercussão na mídia alternativa, nas TVs comunitárias, sites e blogs, evidenciando a falta de interesse dos grandes veículos em noticiar ações que visam a democratização dos meios de comunicação no Brasil.

Neutralidade da rede não se negocia

Crédito: CCult



Para marcar posição em relação ao Marco Civil da Internet, parlamentares da Comissão de Cultura decidiram convocar sua segunda coletiva pública, no dia 12 de novembro, para manifestar seu apoio ao relatório do deputado Alessandro Molon (PT/RJ), que defende a neutralidade da rede, a privacidade do usuário e a liberdade de expressão. Até hoje, por falta de acordo, o projeto tranca a pauta da Câmara.

Na ocasião, a presidente da Comissão, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), defendeu a manutenção do eixo central do projeto.

“A gente não pode abrir mão da neutralidade, privacidade e liberdade de expressão, senão descaracterizamos o projeto do Marco Civil”, disse. “Se a gente imaginar que o Marco Civil da Internet vai ser uma legislação de referência internacional, temos que garantir a liberdade de navegação e inovação e a pluralidade. Então, nós não podemos ter nada que restrinja o conteúdo, exceto os crimes que já têm legislação própria. Não podemos permitir que a privacidade seja violada, nem que o poder econômico defina que pacote possa trafegar na internet”, completou Jandira.

A deputada Luciana Santos (PCdoB/PE) reforçou o coro em defesa da neutralidade da rede. “Essa é a garantia de que as pessoas tenham pelo menos essa ferramenta como um grande instrumento de comunicação.”

Esta coletiva teve grande participação de blogueiros, da imprensa escrita e de internautas pelo serviço de participação disponibilizado pela Câmara, o e-democracia. Foi a primeira vez que o serviço foi utilizado para uma coletiva e possibilitou, por exemplo, que integrantes de rádios comunitárias do Norte do País pudessem ter acesso ao debate que acontecia em Brasília.

Diálogos Com Cultura

Em seu primeiro ano, a Comissão de Cultura buscou articular em todas as regiões do País os debates sobre o setor. Colocou-se na trincheira em defesa da cultura. Acolheu demandas da sociedade civil, mobilizou encontros com o Poder Executivo, articulou o fortalecimento do setor no Congresso e representou o País em encontros internacionais.

Crédito: Laycer Tomaz/Câmara dos Deputados



No dia 20 de março, a Comissão de Cultura recebeu o coordenador do I Congresso Latino-americano sobre Cultura Viva Comunitária, o boliviano Ivan Nogales. No encontro, Ivan destacou o panorama de políticas públicas similares ao Cultura Viva na América Latina e enfatizou a importância de aprovação de leis que criem políticas de Estado para manutenção da cultura comunitária.

Crédito: Alexandra Martins/Câmara dos Deputados



No dia 3 de abril, a ministra da Cultura, Marta Suplicy, fez sua primeira visita à Comissão de Cultura. No encontro, a ministra manifestou seu apoio ao plano de trabalho da Comissão e apresentou o planejamento da Pasta para fortalecimento do setor.

Crédito: Luis Macedo/Câmara dos Deputados



No dia 23 de abril, artistas, deputados e entidades estudantis realizaram um ato político pela aprovação do projeto de lei (PL) 4.571/2008, que cria uma lei nacional para a concessão de meia-entrada para estudantes e idosos.

Crédito: Mídia NINJA/CCult



No dia 14 de maio, a presidente da Comissão de Cultura, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) participou da 8ª Conferência Legislativa sobre Liberdade de Expressão. O evento acontece desde 2006 na Câmara e em 2013 teve como tema os 25 anos da Constituição na ótica da liberdade de expressão.

Crédito: Cobertura Colaborativa



No dia 22 de maio, a Comissão de Cultura participou do 1º Congresso Latino-americano sobre Cultura Viva Comunitária, em La Paz, na Bolívia. Um dos resultados do encontro foi a criação da Frente Parlamentar Latino-americana, que tem o objetivo de impulsionar a aprovação de políticas públicas sobre cultura viva no continente e mobilizar a aprovação de leis para cultura comunitária. A presidente da Comissão de Cultura, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), lidera o grupo político, ao lado da deputada colombiana Glória Flores.

Crédito: João Pedro Werneck



No dia 7 de junho, a presidente da Comissão de Cultura, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), se reuniu com o superintendente da Área Industrial do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Mauricio Neves, e com a chefe do Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo do banco, Luciane Gorgulho. Na pauta, a discussão sobre formas alternativas de financiamento público para microempresários de comunicação. O encontro foi um desmembramento da audiência pública realizada pelo colegiado em Brasília no mês de maio, e teve como resultado a indicação dos representantes do BNDES da realização de um estudo mais detalhado sobre possibilidades de fomento das mídias livres e comunitárias.

Crédito: Ascom Deputado José Stédile



Nos dias 7 e 8 de junho, o vice-presidente da Comissão de Cultura, deputado José Stédile (PSB/RS), representou o colegiado no Encontro dos Conselhos Estaduais de Cultura da regional Sul, realizado em Porto Alegre (RS). Na pauta do evento, o Sistema Nacional de Cultura.

Crédito: Richard Silva/Ascom PCdoB



No dia 18 de junho, a Comissão de Cultura promoveu o lançamento do documentário *Mesa Vermelha*, de Tuca Siqueira. O filme aborda o universo de 23 ex-presos políticos da ditadura militar em Pernambuco, suas lembranças, ideias esperanças, e contou com um debate com a diretora.

Crédito: CCult



No dia 19 de junho, a presidente da Comissão de Cultura, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), recebeu estudantes da Escola da Vila, de São Paulo (SP), para uma entrevista sobre políticas estruturantes na área da cultura. O material faz parte de um documentário produzido pelos estudantes para uma atividade escolar.

Crédito: Luis Macedo/Câmara dos Deputados



No dia 9 de julho, a Câmara aprovou o projeto de lei (PL) 5.901/2013, que dispõe sobre a gestão coletiva de direitos autorais. A deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), relatora da matéria e presidente da Comissão de Cultura, leu o parecer em Plenário e defendeu o texto que garante fiscalização, transparência e novas regras de governança no âmbito do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). “Tudo para garantir aos autores o que lhes é de direito”, disse.

Crédito: Ascom Deputada Luciana Santos



A Comissão de Cultura realizou em Recife (PE), no dia 9 de julho, um encontro para discutir a regulamentação da profissão de artesão, relatado pela deputada Luciana Santos (PCdoB/PE). O debate aconteceu durante a 14ª Feira Nacional dos Negócios do Artesanato (Fenearte).

Crédito: Mídia NINJA/CCult



Representantes dos movimentos pela democratização da comunicação se reuniram no dia 1º de agosto na Comissão de Cultura para articular a coletiva pública sobre regionalização da produção de rádio e TV.

Crédito: CCult



No dia 21 de agosto, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, recebeu parlamentares da Comissão de Cultura para tratar do apoio do Executivo à luta pela regionalização da produção de rádio e TV.



No dia 22 de agosto, a presidente da Comissão de Cultura, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), o vice-presidente, deputado Evandro Milhomen (PCdoB/AP) e o deputado Jean Wyllys (Psol/RJ) receberam o ministro de Cultura e Mídia da Alemanha, Bernd Neumann, para trocar experiências sobre a política cultural nos dois países.

Crédito: Lucio Bernardo Jr/Câmara dos Deputados



No dia 27 de agosto, a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania aprovou o projeto de lei (PL) 757/2011, de autoria da deputada e presidente da Comissão de Cultura, Jandira Feghali (PCdoB/RJ). O texto institui o programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura (MinC), como política de Estado. Para a deputada, a aprovação da matéria foi uma grande vitória para quem faz cultura no Brasil. “Estamos avançando na consolidação de políticas públicas que alimentem nossa cultura genuína. O Cultura Viva caminha no sentido de dar vida às culturas quilombolas, indígenas e regionais, mas também mantém a arte das comunidades e da periferia.”

Crédito: CCult



No dia 30 de agosto, o vice-presidente da Comissão de Cultura, deputado Evandro Milhomen (PCdoB/AP), e o deputado Edson Santos (PT/RJ) se reuniram com mestres da cultura popular e tradicional no Rio de Janeiro (RJ) para tratar dos projetos de lei (PLs) 1.176/2011 e 1.786/11 que tratam da valorização e reconhecimento dos saberes e fazeres da tradição oral.

Crédito: CCult



No dia 18 de setembro, a presidente da Comissão de Cultura, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), se reuniu com Marcelo Bemerguy, secretário de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União (TCU) para tratar dos gargalos da cultura e iniciar as propostas para elaboração de um marco regulatório para o setor.

Crédito: Escola de Gente



No dia 19 de setembro, a presidente da Comissão de Cultura, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), e o deputado Jean Wyllys (Psol/RJ) participaram do evento promovido pela ONG Escola de Gente, no Rio de Janeiro (RJ), para debater a acessibilidade na cultura.

Crédito: José Cruz/ABr



No dia 24 de setembro, o Congresso aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 123/2011, conhecida como PEC da Música. O texto impede a criação de imposto sobre os CDs e DVDs produzidos no Brasil com obras musicais ou lítero-musicais de autores brasileiros. “A imunidade não só beneficia o músico, como o consumidor, pois o preço do produto recua a partir dessa iniciativa”, afirmou a deputada, Jandira Feghali, presidente da Comissão de Cultura, que articulou a aprovação da matéria na Câmara.

Crédito: Barão de Itararé



No dia 16 de outubro, a presidente da Comissão de Cultura, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), e o vice-presidente Evandro Milhomen (PCdoB/AP), receberam o jornalista Palmério Dória, autor do livro *O Príncipe da Privatária*, na Comissão. Dória veio pedir apoio aos parlamentares na reverboração das histórias presentes no livro.

Crédito: Richard Silva/Ascom PCdoB



No dia 30 de outubro, a presidente da Comissão de Cultura, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), o vice-presidente, deputado Nilmário Miranda (PT/MG) e o deputado Jean Wyllys (Psol/RJ) se reuniram com o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN) para defender pautas estratégicas para o fortalecimento da cultura como política de Estado.



No dia 6 de novembro, a presidente da Comissão de Cultura, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), apresentou uma Questão de Ordem ao presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), para anular as deliberações da comissão mista criada em março de 2013 para regulamentar os artigos da Constituição Federal. A Questão de Ordem questiona a legalidade do grupo composto, uma vez que ele não respeita o princípio da proporcionalidade partidária, previsto no Regimento Comum. Um dos temas tratados no âmbito desta comissão mista foi a regionalização da produção de rádio e TV na rede aberta – artigo 221, inciso III da Constituição. O relatório, aprovado no Senado em julho, ignorou as propostas que tramitam na Casa há mais de 20 anos, e desvirtua o conceito de regionalização. Na Câmara, o texto chegou como o projeto de lei (PL) 5.992/2013 e desde então a Comissão de Cultura e outros parlamentares que defendem a democratização da comunicação buscam impedir sua votação em Plenário.

Crédito: CCult



No dia 14 de novembro, a Comissão de Cultura realizou mais uma reunião com representantes do Tribunal de Contas da União (TCU); da Controladoria Geral da União (CGU); dos ministérios da Cultura; da Fazenda; e do Planejamento; e de artistas da Cooperativa de Música de São Paulo para destravar os problemas enfrentados na parceria de artistas e produtores da cultura popular com o Estado. A ideia era detectar os gargalos gerenciais e criar propostas para tornar a relação Estado e artistas mais produtiva e eficaz.

Crédito: Richard Silva/Ascom PCdoB



No dia 26 de novembro, a Comissão de Cultura participou do lançamento da Frente Parlamentar de Apoio ao Museu Nacional Afro-brasileiro. O museu, um dos principais projetos do Ministério da Cultura (MinC) para 2014, pretende recontar a história do Brasil a partir da visão daqueles que foram trazidos escravizados para o País na época do seu “descobrimento”. Para a presidente da Comissão, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), construir o novo museu na capital do País é simbólico. “É o reconhecimento do Estado da importância dessa população”, disse.

Crédito: Valter Campanato/ABr



No dia 27 de novembro, a presidente da Comissão de Cultura, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), pediu compromisso do governo com o setor na abertura da 3ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), realizada em Brasília (DF). Jandira apresentou o trabalho que vem sendo realizado pelo colegiado e destacou a importância desse espaço para a articulação de políticas estratégicas para a área. A Comissão também entregou um documento para os participantes do evento com suas contribuições para a ampliação do debate no encontro. Uma das diretrizes resultantes da 3ª CNC foi a luta pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 150/2003, que destina recursos para o setor – tema que a Comissão de Cultura trabalhou arduamente para viabilizar até 2014.

Crédito: Ascom Senador Wilder Morais



No dia 28 de novembro, um grupo de membros do Fórum de Secretários de Cultura – presentes na 3ª Conferência Nacional de Cultura –, se reuniu com o senador Wilder Morais (DEM/GO), a pedido da presidente da Comissão de Cultura da Câmara, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ). Morais é o relator do orçamento para a cultura da Comissão Mista de Orçamento, que analisa as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2014. Os secretários de Cultura pretendiam sensibilizar o relator para a importância de um orçamento maior para a área em 2014.

Crédito: CCult



No dia 17 de dezembro, a Comissão de Cultura enviou cartas ao governo e à Assembleia Legislativa do Distrito Federal pedindo a devolução de recursos ao Fundo de Apoio à Cultura local (FAC/DF). Em novembro, os deputados distritais aprovaram a Lei Complementar 872/2013, que autoriza o governo a retirar do FAC o saldo do final do exercício. A medida causou estranheza à Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, após entrega de um manifesto da classe artística brasiliense na última reunião deliberativa do colegiado. As cartas, endereçadas ao governador do DF, Agnelo Queiroz; à presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa do DF, Liliane Roriz (PRTB/DF); e ao presidente da Câmara Legislativa do DF, Wasny de Roure (PT/DF), pedem esforços para a reversão da medida para garantir a autonomia do FAC/DF.

Crédito: CCult



Durante a última reunião deliberativa da Comissão de Cultura, realizada no dia 17 de dezembro, representantes da comissão organizadora da 12ª Oficina para a Inclusão Digital e Participação Social (OID) entregaram à presidente do colegiado, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), a Carta da 12ª OID e o Manifesto dos Sonhos. Os documentos trazem as expectativas de ativistas de inclusão digital, cultura livre e de indígenas que participaram do encontro quanto à existência, de fato, de uma política pública de inclusão digital no País. Após receber o manifesto, a parlamentar indicou a possibilidade de trazer o debate à Câmara por meio de audiências públicas.

Manifestos Culturais

Além de debates e deliberações, a Comissão de Cultura promoveu novas formas de intervenção na pauta do Legislativo. Entre elas, os *Manifestos Culturais*, onde artistas de diferentes linguagens reivindicaram melhorias para o setor junto aos parlamentares.

Crédito: CCult



25.6 – Exposição “A Arte das Mulheres kayapó”

Crédito: CCult



26.6 – Entrega de Obras de Arte para a Comissão de Cultura

Crédito: Mídia NINJA/CCult



9.7 – Móveis Coloniais de Acaju



Brasília, 09 de julho de 2013
À Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados

Caros parlamentares, gostaríamos de agradecer o empenho e a dedicação às questões relativas à Cultura em nosso País. Primeiramente, destacamos a criação desta Comissão e, principalmente, a abertura deste espaço de Manifestos Culturais.

Somos uma banda criada em Brasília e, nesta capital cosmopolita, construímos nossa pluralidade cultural. Compreendemos a diversidade. Por aqui, vimos sonhos nascerem e serem destruídos, mas nunca perdemos a esperança. Acreditamos que a utopia serve como força motriz para avançarmos tanto como indivíduos quanto como comunidade, sociedade, Nação.

Frequentamos espaços como as Escolas Parque, idealizadas por Anísio Teixeira ou a Universidade de Brasília, pensada por Darcy Ribeiro e outros tantos pensadores... Tivemos, felizmente, a chance de viver e crescer nessa cidade. Podemos dizer, com orgulho, que fomos - e somos parte da cultura musical desta cidade e deste País.

Na música, acompanhamos o surgimento e evolução das redes colaborativas de Cultura, tendo apoiado e participado de várias de suas ações.

Como produtores e consumidores de cultura, nos sentimos com um mínimo de autoridade para atestar que ainda há muito a ser feito e temos plena confiança de que vocês estão trabalhando duro para o crescimento cultural do País.

Sabendo disso, gostaríamos de frisar pontos sensíveis que precisam ser evoluídos:

PEC 150, Procultura, Cultura Viva, Lei do Direito Autoral, Democratização da Comunicação e o Marco Civil da Internet.

Num momento de tanta energia sendo gerada pela própria população em prol do crescimento do nosso País, temos um assunto que deve ter instância prioritária para o Governo. Dessa forma, é imprescindível que o incentivo à Cultura valonize os mais diferenciados temas, de forma democrática,

Móveis Coloniais de Acaju Produções Artísticas Ltda.
CNPJ 10.323.356/0001-10 CE/DF 07.509.496/0001-30
CLN 114 bloco A loja 19 e 21 Asa Norte Brasília-DF Brasil +55 61 3045 6677
www.moveiscoloniaisdeacaju.com.br contato@moveiscoloniaisdeacaju.com.br




que privilegie a todos. Isso significa que verba, fiscalização e distribuição têm de ser trabalhados de forma justa e transparente.

Somos os Móveis Coloniais de Acaju e nosso papel, como artistas, é de sensibilizar e transformar. Assim como o nosso trabalho, toda expressão artístico-cultural tem um papel fundamental na construção da identidade e diversidade de um povo.

Assim, nos colocamos à disposição para colaborarmos com nossa música, nossas ideias e o que mais estiver ao nosso alcance.

Que a cultura seja de todos!



 4 Ocampo de Babilônia
sem um
Beto

EDUARDO BOREM
EB

amr25

Esdras 19

(0)Fuji



Móveis Coloniais de Acaju Produções Artísticas Ltda.
CNPJ 10.323.356/0001-10 CF/DF 07.509.496/001-30
CLN 114 bloco A lojas 19 e 25 Asa Norte Brasília-DF Brasil +55 61 30456677
www.moveiscoloniaisdeacaju.com.br contato@moveiscoloniaisdeacaju.com.br



Crédito: Gabriela Korossy/Câmara dos Deputados



15.10 – Homenagem a Vinicius de Moraes

Crédito: Midia NINJA/CCult



5.11 – Dia Nacional da Cultura

Nós, brasileiros, vivemos um momento rico e particular de nossa história: Estamos “dando a cara” do nosso povo. Estamos construindo uma civilização. Somos um país continental, e um povo que descende de praticamente todos os troncos genéticos da humanidade.

Portanto, temos a oportunidade de construir uma civilização mais humana, fraterna, justa (em muitas coisas diferente do que hoje ainda vemos em nosso país), se levamos em consideração a experiência humana acumulada.

Em razão disto, afirmamos que tanto mais nossa civilização terá nosso DNA (que poderá ser novo em sua aparência e essência), quanto mais nos voltarmos pra nossa Cultura Popular.

Pra que a civilização brasileira tenha características de honestidade e fartura, devemos olhar pra função social dos Mestres de Cultura Popular, e nos lembrar que toda a moral, e decência de nossa gente foi (e é) fundamentalmente transmitida (porque vivida) por eles.

O que nossa cultura tem de mais rico e profundo vem da vivência deste nosso povo nas festas e tradições populares. Assim, um grupo de Congada não é apenas um grupo de canto, dança e reza. Mas uma comunidade que se organiza, e se solidariza, e compõem estratégias coletivas de ajuda e desenvolvimento.

Esta ética, das Congadas, do Boi Bumbá, dos Maracatus, dos Fandangos, enfim, de toda a Cultura Popular brasileira é autêntica e original. A ela nos devemos voltar com atenção e vigor.

Devemos cuidar de nossos Mestres como quem cuida de um tesouro.

Devemos conhecer e integrar com todas as formas de Cultura Popular em nosso país.

O estado brasileiro, e nossa sociedade, devemos garantir espaço nos meios de comunicação oficial e concedido a empresas privadas para nossas manifestações populares de forma, pelo menos tão massiva, quanto aquela que é produzida nos “show business” de nossa terra.

Devemos garantir renda e provimento aos Mestres de nossa Cultura Popular.

Viva o Brasil. Viva a Cultura Popular Brasileira.

Brasília, 5 de novembro de 2013

Dia Nacional da Cultura

Badia Medeiros
Badia Medeiros e Diego Lopes

Boi de Seu Teodoro
Boi de Seu Teodoro (Guarapiranga Freire)

Chico de Akissé e João Santam
Chico de Akissé e João Santam

Mambembriente
Mambembriente (Chico Nogueira)

Orquestra Obarrá
Orquestra Obarrá (George Santos)

Herrera da Viola
Herrera da Viola



Crédito: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



10.12 – A Batalha do Passinho

Cultura nas Redes

Em seu primeiro ano, a Comissão de Cultura publicou 13 jornais quinzenais, um de balanço das atividades do ano e um documento com suas contribuições para a 3ª Conferência Nacional de Cultura. Lançou o programa de rádio *Nas Ondas da Cultura*, que trouxe, semanalmente, informações sobre as políticas culturais no Legislativo para ouvintes da internet. Lançou ainda a WebTV *ComCultura na Câmara*, com a versão em vídeo das audiências públicas, manifestos culturais e demais debates que aconteceram na Casa. Esteve presente nas redes sociais, mobilizando atores em defesa da cultura. Além da página institucional no site da Câmara, manteve um blog (<http://blogosfero.cc/comculturanacamara>) em plataforma livre para disseminar suas pautas, notícias e fazer reverberar os acontecimentos culturais do País.



Siga a Comissão de Cultura

Blog: <http://blogoosfero.cc/comculturanaamara>

Facebook: <https://www.facebook.com/comculturanaamara>

Flickr: <http://www.flickr.com/photos/comcultura>

Issuu: <http://issuu.com/comcultura>

Podcast: <http://blogoosfero.cc/comculturanaamara/podcast>

Twitter: <https://twitter.com/culturanaamara>

WebTV: <http://www.youtube.com/user/comculturanaamara>

Com a Palavra

Vislumbrando os desafios de 2014

Deputado Nilmário Miranda (PT/MG), 1º vice-presidente da Comissão de Cultura

Muitos são os desafios para a implementação de uma política cultural consistente no Brasil: o acesso à cultura, a inclusão digital, o fortalecimento da produção cultural nacional, a comunicação com respeito à diversidade regional, a consolidação de museus, a política de bibliotecas e livros.

Algumas ações são de importância indiscutível: o Sistema Nacional de Cultura; o Plano Nacional de Cultura; o Sistema Nacional de Inovações Culturais; a construção de uma política nacional de financiamento da cultura; os pontos de cultura; o equacionamento das culturas audiovisual e digital.

Apesar de avanços através das leis de incentivo (Fundo Nacional de Cultura) é o orçamento o tema que demanda mais esforços. A apreciação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 150/2003, que trará vinculação do orçamento da União para a cultura, é um desafio, mesmo que escalonada.

Temos ainda o projeto de lei (PL) 1.139/2007 (Procultura), que pretende alterar a distribuição de recursos para financiamento da cultura, e que aguarda deliberação a respeito do requerimento para ser apreciado diretamente pelo Plenário da Câmara; e o PL 5.992/2013, que regulamenta o disposto no inciso III, do art. 221 da Constituição Federal, para estabelecer os percentuais de regionalização da produção cultural, artística e jornalística das emissoras de radiodifusão na rede aberta, que também aguarda deliberação. O referido projeto é um retrocesso nos avanços conseguidos pelos deputados federais em relação ao tema e esta Comissão trabalhou arduamente para evitar sua apreciação pelos parlamentares. O trabalho tem sido no sentido de garantir uma verdadeira

regionalização da produção, com produção independente, respeito os anseios do setor.

A jovem Comissão de Cultura exerceu papel fundamental no ano de 2013, realizando a interlocução entre a sociedade civil, os gestores de cultura do País, o Parlamento e os ministérios, e assim continuará consolidando seu trabalho e lutando por um orçamento mais digno para a cultura.

Cultura, um capital social a ser aplicado

Deputado Evandro Milhomen (PCdoB/AP), 2º vice-presidente da Comissão de Cultura

Houve um tempo em que o bem estar da sociedade se media pelo seu desenvolvimento econômico. Hoje, vemos a importância da promoção cultural como fator de inclusão social, para simultaneamente reduzir as desigualdades. Há muitos setores da cultura brasileira que estão esquecidos e que estamos trazendo para discussão por idealizarmos um futuro mais próspero às políticas culturais. Cultura popular, atividades circenses, artes plásticas e incentivos ao audiovisual são alguns dos pontos que precisamos associar ao cotidiano da população.

A sociedade necessita efetivar um desenvolvimento econômico e social contínuo. A consciência política vem nos mostrando que o Brasil passa por um processo notório de mudanças e por isso precisamos ter um cuidado particular com o capital social a ser aplicado. É a cultura que faz com que as pessoas se reconheçam no tempo e no espaço e permite o desenvolvimento da autoestima coletiva. Estamos todos inseridos nesta relação, por isso, o atual debate na promoção de políticas públicas de incentivo à cultura está ganhando força e a atenção do governo e da sociedade.

Um setor estratégico para o Brasil

Deputado José Stédile (PSB/RS), 3º vice-presidente da Comissão de Cultura

Não acredito em crescimento sustentável de nossa nação sem que tenhamos investimentos e avanços urgentes na formação da população.

Por isso, temos lutado para que se aumentem os investimentos na cultura. A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 150/2003, que dá percentuais mínimos de investimentos dos governos

federal, estadual e municipal, é estratégica para o setor e a Comissão vem trabalhando arduamente para viabilizar sua aprovação na Casa.

Também destaco alguns projetos de lei (PL) que acredito que contribuam para o fortalecimento do setor. Relatei e aprovamos o PL 6.060/2009, do deputado Vicentinho (PT/SP), que obriga as editoras a publicar revistas em quadrinhos de autores nacionais. Alteramos, por acordo, que as editoras que o fizerem terão benefícios fiscais, fortalecendo a produção nacional de quadrinhos. Outro projeto que acredito ser importante para a valorização dos artistas locais é o PL 4.473/2012, do deputado Júlio Campos (DEM/MT), que obriga a contratação de artistas locais em eventos patrocinados com recursos públicos. Esses são alguns exemplos de pautas que valorizam as produções nacionais e que ganharam destaque a partir da criação deste grupo.

Também pautamos nesta Comissão, o debate sobre a integração da educação e da cultura por entendermos ser essencial este olhar integrado a respeito desses saberes para o real avanço do País. Com esses poucos exemplos, já temos uma mostra da importância deste colegiado para o avanço das políticas culturais. Um setor que deve ser olhado com mais cuidado pelos poderes públicos por ser estratégico para o Brasil.

Empoderando a cultura

Deputada Alice Portugal (PCdoB/BA)

A atuação da Comissão de Cultura neste seu primeiro ano de autonomização dá um testemunho incontestado da pertinência da setorização desse segmento no Legislativo para a elevação da cultura à estatura de política estratégica de Estado. Uma política prenhe dos interesses da sociedade, que incorpore suas múltiplas expressões populares e que conceba a cultura em sua forma mais abrangente, como direito social inalienável, expressão de uma identidade cultural e instrumento de afirmação de cidadania.

Ao intensificar o diálogo com os movimentos sociais e seus multifacetados atores, legítimos produtores da cultura brasileira, a Comissão posicionou a matéria como tema transversal na Casa, requalificando a discussão sobre políticas públicas culturais e imprimindo-lhe, por um lado, maior visibilidade e, por outro, mais transparência. A inequívoca opção pela participação popular na construção de uma política cultural de Estado deslocou o debate, tirando-o do eixo de gravitação de grupos econômicos e seus representantes, verdadeiros predadores culturais,

ávidos por impor o seu código simbólico eivado pela lógica mercantilista do consumo e alheio à autêntica cultura popular.

Após um longo caminho de luta para a sua constituição, sob a presidência da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), a CCult empoderou agentes culturais e democratizou o acesso à informação e aos recursos públicos. São muitas as iniciativas que atestam o viés democratizante dessa instância, tais como as mais de 20 audiências públicas; o *Expresso 168*; os seminários; os Manifestos Culturais; as coletivas públicas; a aprovação de 69 projetos de lei e de emendas ao orçamento da União para a cultura.

A ampliação do debate sobre a cultura, aliada à busca por mais recursos para a área, conferiram à Comissão de Cultura o caráter estruturante de uma política cultural ancorada na valorização da nossa arte, da nossa cultura popular, da nossa história. Sem dúvida, a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados avança firme na formulação de uma legislação perene, livre de oscilações conjunturais e da interferência de interesses econômicos, e com potência para alçar a política cultural brasileira a um patamar que faça jus à rica diversidade cultural que caracteriza a nossa gente.

Cultura: um sonho para muitos brasileiros

Deputado Antônio Roberto (PV/MG)

A cultura é uma das maneiras de promover a inclusão social, resgata a cidadania e cria uma identidade popular. A diversidade e a criatividade cultural de nosso povo são invejáveis, mas, infelizmente, o acesso à cultura ainda é um sonho para muitos brasileiros. Um luxo para outros milhares de adultos. Um cenário inatingível para muitas crianças e adolescentes.

Apesar de o conceito de cultura ter sido ampliado este ano com a criação e ações da Comissão específica na Câmara dos Deputados, ainda temos muito a fazer em políticas públicas.

Um passo importante foi dado com a Comissão de Cultura: saímos do discurso para alcançar medidas consolidadas e efetivas. Sem a Comissão e a luta de seus parlamentares para preservar nossa cultura, as políticas públicas espalhadas pelo País continuariam a ser tratadas como artigo aleatório, sem a devida importância na vida das pessoas, para o mercado de trabalho e para a história do País.

Na Comissão, como relator, obtive a aprovação, por unanimidade, da criação de incentivos da Lei Rouanet para a arte circense. Acredito que tal incentivo financeiro possa ser um grande passo para a consolidação de nossa arte. É o povo o dono da arte. O governo não produz bens culturais. Por isso, o incentivo pela Lei Rouanet e outros recursos advindos da iniciativa privada poderão ampliar o diálogo, construir políticas públicas de cultura sólidas, democráticas e contínuas.

Em 2014 temos de continuar de forma eficiente o diálogo com a sociedade da mesma forma como foi em 2013 com a criação da Comissão da Cultura. Um marco na história deste País.

Por uma política de Estado

Deputado Paulo Ferreira (PT/RS)

Por hábito dos grandes veículos de comunicação social do País, a cobertura jornalística dos principais fatos da Câmara dos Deputados concentra-se nas deliberações proferidas em seu Plenário, onde a vontade coletiva do Parlamento se manifesta soberanamente. Acontece que este foco informativo, via de consequência, impede que o público nacional tenha ciência de que os mais importantes debates acerca da formulação, do aprimoramento e da fiscalização das políticas públicas que determinam a qualidade dos serviços, planos e programas oferecidos pelo Estado aos cidadãos são promovidos no âmbito das comissões temáticas.

Deste modo, cada deputado ou deputada, em conformidade com sua formação profissional, aptidão, conhecimentos acumulados e compromissos assumidos durante a campanha eleitoral opta por integrar, prioritariamente, uma das 21 Comissões Permanentes que compõem a Câmara dos Deputados.

O que distingue a mais nova destas comissões, a “nossa” Comissão de Cultura, criada no início de 2013, em desmembramento da tradicional Comissão de Educação, é que cada um de nós que a compomos somos também movidos pela convicção de que uma nação só se realiza plenamente se cultivar seus valores culturais. Temos uma dinâmica de funcionamento distinta. Nesta Comissão, todas as forças políticas que a integram – enriquecida pela pluralidade de nossa representação regional e pela diversidade de expressão que compõem a identidade cultural de nossa nacionalidade – se orientam, entre eventuais tensões e questionamentos, para o mesmo horizonte: a afirmação da atividade cultural entre as políticas primordiais do Estado brasileiro.

Honra-me ter colaborado para que, em seu primeiro ano de vida, a Comissão de Cultura tenha cravado no coração do Parlamento a bandeira da imprescindibilidade da defesa, da preservação, do amparo, do estímulo, do reconhecimento e da valorização das diversas formas de manifestação cultural do povo brasileiro como elemento de afirmação de nossa riqueza, pluralidade e de nossa beleza que nos distingue no mundo enquanto experiência civilizatória.

Comissão da Economia Criativa

Deputado Penna (PV/SP)

Nunca tive simpatia pela falta de acesso planetário às manifestações culturais e artísticas, a ideia de fazer desses instrumentos, bens para poucos, tratar a arte como um privilégio da elite. E para que todos tenham acesso a estes bens é importante que tenhamos uma política de Estado bem estruturada. Sabemos que a cultura é uma das pastas tidas como menos importantes para o governo, diante de tantos problemas do País. Isso se repetia na Câmara dos Deputados, já que a cultura era tratada em segundo plano na Comissão de Educação e Cultura.

Fiquei bastante animado com o desmembramento da Comissão e a criação de duas novas, uma delas exclusivamente para tratar de cultura. É um passo importante para mudar esta visão de que é um tema secundário e passar a enxergá-la, inclusive, como um forte instrumento de inclusão social. É hora de começarmos a reconhecer o valor econômico da criatividade, vê-la como uma promissora fonte de emprego e renda para o País. É hora de investirmos no conceito de economia criativa.

Para mim, a mudança poderia ser ainda mais radical. Mudaria o nome para Comissão da Economia Criativa. É algo que eu já sugeria para o Gilberto Gil quando ele era ministro da Cultura, mudar o nome do ministério. Isso tiraria o viés assistencialista, de que a cultura é algo frágil, um elemento folclórico que precisa ser assistido. A realidade é que esta é uma nova indústria para qual estamos completamente vocacionados.

Tony Blair disse certa vez, em uma audiência na Confederação dos Metalúrgicos Ingleses, que o trabalho deles rendia menos para a Inglaterra que o *rock'n'roll*. Na crise europeia, a economia criativa foi o ramo da economia que sofreu menor impacto. Isso tem que valer para nós também. Aqui, no Brasil, ainda tratamos essa questão com um desleixo incompreensível, embora tenhamos uma vocação pronunciada.

Somos um dos poucos países que consome mais música local que internacional. Temos também uma enorme riqueza no cinema, na literatura, na moda, no design. Um País que faz um Carnaval como o que fazemos não pode tratar sua produção cultural apenas como manifestação popular digna de assistência. Não! Isso tem que ser considerado objetivo estratégico. É uma nova forma de inclusão econômica e social. Abram alas para a economia criativa!

A Comissão de Cultura e o maior desafio para 2014: financiamento

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)

O ano de 2013 trouxe bons frutos para a cultura. Um deles foi a criação especial da área dentro da Câmara dos Deputados. Isso permitiu que o tema cultura passasse a ter uma maior centralidade nos debates da Casa, o que antes, junto com a Comissão de Educação, deixava a desejar em virtude do volume dos assuntos desta última.

Agora temos a oportunidade de uma interlocução mais próxima com órgãos ligados à área, como o Ministério da Cultura e inclusive movimentos mais simplistas na definição de políticas públicas mais direcionadas como formação, áreas estratégicas como cultura popular, museu, e, principalmente, debater sobre financiamento para a cultura. Tenho certeza de que, com o tempo, será mais viável a consolidação de programas e políticas públicas para a área.

Para o ano de 2014, temos um grande desafio: aprovar a PEC 150 e promover uma distribuição mais igualitária de recursos entre as regiões brasileiras que são todas culturalmente muito ricas. A Lei de Rouanet, por exemplo, poderia atender as regiões Norte e Nordeste no que diz respeito ao financiamento cultural, mas não é o que acontece. Os recursos para a cultura estão concentrados apenas nas regiões Sul e Sudeste. Isso precisa ser revisto com urgência.

Precisamos rever a questão da falta de centralidade que é dada para o financiamento. Tenho uma preocupação em relação a isso, pois o que eu percebo é que, como não há financiamento seguro, os projetos não têm continuidade do ponto de vista de política pública. As ações ficam dependendo de editais, o que dá uma noção de temporalidade, não geram oportunidade para construir política pública sólida, restringindo apenas a uma questão pontual.

O financiamento é estratégico e precisamos ultrapassar essa dificuldade de avançar com a PEC 150 no Congresso Nacional. Alcançado esse objetivo, fará uma diferença enorme para a cultura, pois assim teremos condições de construir políticas mais consolidadas.

Políticas culturais em pauta: um ano de grandes avanços

Deputado Zezéu Ribeiro (PT/BA)

A mais nova comissão permanente da Câmara, a de Cultura, mostrou sua importância após um ano de funcionamento. Está comprovado o acerto desta Casa ao entender que as políticas culturais deste grande e diversificado País necessitavam de um colegiado próprio de debate e reflexão. Acredito que foi apenas o início de um árduo trabalho para colocar a cultura no patamar em que deve estar: um setor da economia que gera riqueza, emprego e renda e ainda determina nossa identidade como nação.

Foram 69 projetos apreciados, entre eles o que institui o dia 25 de novembro como Dia Nacional do Samba de Roda, de minha autoria. Graças a audiências públicas qualificadas formamos conhecimento para debater questões cruciais como os direitos das minorias, dos quilombolas, das comunidades tradicionais. Aprovamos a Lei Cultura Viva, a PEC da Música, regulamentamos o vale-cultura, importante instrumento dado ao trabalhador para que ele possa usufruir de serviços e bens culturais, mesmo que imateriais.

É consenso entre os membros do colegiado de que é primordial destinar mais recursos do orçamento para setor. Por isso elegemos como prioridade para 2014 a votação da PEC 150/2003, que trata de aumentar esse percentual, hoje de apenas 1% do total do Orçamento Geral da União. Saúdo por isso o acordo feito no final do ano em reunião com o presidente da Câmara, com a ministra da Cultura, Marta Suplicy, sociedade civil e membros da Comissão, e que prevê que o governo analisará uma nova proposta de escalonamento do percentual destinado à cultura para se tentar colocar a matéria em votação em fevereiro de 2014.

Todo recurso investido na cadeia produtiva da cultura, se bem gerido e direcionado, contribuirá para o aquecimento da economia de maneira geral, porque hoje o setor cultural está se profissionalizando e contratando cada vez mais técnicos, especialistas, administradores e artistas. E é esse entendimento que devemos ter ao defender mais recursos para as políticas culturais.



Conheça outros títulos da Edições Câmara no portal da Câmara dos Deputados: www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes